PREGÃO
ELETRÔNICO
00002/2026

CONTRATANTE
(SECRETARIA MUNICIPAL DE POLITICAS SOCIAIS)

OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS VISANDO À AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COMPREENDENDO PROTEÍNAS, CEREAIS E HORTIFRUTIGRANJEIROS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E DA COZINHA COMUNITÁRIA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ/PE.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO
R$ 1.578.635,99 (UM MILHÃO QUINHENTOS E SETENTA E OITO MIL SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Dia 29/07/2026 às 09h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA:
ABERTO

EDITAL DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLITICAS SOCIAIS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00002/2026

(Processo n° 00007/2026)

Torna-se público que **A SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS DA ILHA DE ITAMARACÁ/PE**, por meio da Comissão Permanente de Contratação, sediada Av. João Pessoa Guerra, nº 37 – Pilar – Ilha de Itamaracá/PE, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de preços visando à Aquisição de gêneros alimentícios, compreendendo proteínas, cereais e hortifrutigranjeiros, destinados ao atendimento das demandas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e da Cozinha Comunitária Municipal da Ilha de Itamaracá/PE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. OS ITENS (conforme anexo do TR), estarão dispostos em COTAS equivalentes a 75% da quantidade total estimada (AMPLA CONCORRÊNCIA).

1.4. OS ITENS (conforme anexo do TR), estarão dispostos em cotas reservadas equivalentes à 25% do total estimado, que estão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, atendendo ao disposto no art. 48, inc. III, da Lei 123/2006, complementada pela lei nº 147/2014.

1.5. OS ITENS (conforme anexo do TR) estarão dispostos em cotas exclusivas que estão destinados exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, atendendo ao disposto no art. 48, inc. III, da Lei 123/2006, complementada pela lei nº 147/2014.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação. O procedimento necessário para a realização do referido credenciamento, está disponível no endereço: https://bnccompras.com/Home/Login.

3.1.1 **DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS**: A partir do dia 16 de julho de 2026 às 08h00min;

3.1.2 DO ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 29 de julho de 2026, às 08h00min

3.1.3 Data de abertura da sessão pública: 29/07/2026. Horário: 09:00 - horário de Brasília.

3.1.4 Data para início da fase de lances: prevista para ocorrer nessa mesma sessão pública. Local: **https://bnccompras.com**

3.2 O licitante deverá utilizar essa "senha" para acesso ao sistema eletrônico, sendo que a simples validade no prazo de vigência, não significa sua habilitação automática em qualquer Pregão, na forma eletrônica, que venha a participar; etapa a ser cumprida a cada certame.

3.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
3.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

*3.6 Para os itens **41, 42 e 44**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.*

3.6.1 *A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.*

3.7 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.8 Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8 agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9 pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.9.1 Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta risco da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre os empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios pode reduzir o universo da disputa. O consórcio pode retratar uma composição entre eventuais interessados: em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Na esteira do Acórdão TCU nº 2.831/2012-Plenário, esta licitação não admite a participação de empresas em consórcio em virtude de se tratar de certame de pequeno vulto devidamente comprovado pelo valor orçado, e ainda, diante da ausência de complexidade do objeto definido no termo de referência e demais anexos deste edital.

3.8.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.9 O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.8.2 e 3.8.3 poderão participar no apoio das atividades

de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12 O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.14 A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2 **Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital e documentos de habilitação até a data e o horário estabelecidos, até 01 (uma) hora da abertura da sessão pública.**

4.3 **No cadastramento da proposta inicial, o licitante deverá anexar no momento de envio dos documentos as declarações de que:**

4.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.3.3 Declaração atestando que o licitante não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa do Município ou de qualquer entidade a ele vinculada.

4.3.4 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.5 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5 A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 e/ou 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.11 Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

5 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos abaixo, bem como o envio **obrigatório em anexo da proposta de preço inicial também no sistema eletrônico (proposta em papel timbrado, assinada e com CNPJ).**

5.1.1 valor unitário;

5.1.2 Quantidade cotada

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1 O licitante [NÃO] poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.7.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.7.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.7.3 Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.

5.8 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e do Estado, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até 01 (uma) hora da abertura da sessão pública.**

6.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item

6.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01** (um centavo).

6.9 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.10 Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.10.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2 empresas brasileiras;

6.18.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 DA FASE DE JULGAMENTO

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https:// certidoes.cgu.gov.br/); e

7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https:// certidoes.cgu.gov.br/).

7.1.3 Consulta consolidada (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/).

7.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o disposto no edital.

7.5 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6 Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1 contiver vícios insanáveis;

7.6.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.7.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta, no prazo de até 2 (duas) horas.

7.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.10.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8 DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021 e **devem ser apresentados até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.**

8.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, está indicada abaixo.

8.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4 Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

8.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.7 Será verificado se o licitante apresentou a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8 O licitante deverá apresentar, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.9 A habilitação será verificada por meio dos documentos apresentados pelo interessado.

8.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.10 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.11 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12 A verificação ou a exigência dos documentos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem seguinte.

8.16.1 Os documentos exigidos serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 horas prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9 DA HABILITAÇÃO E DOCUMENTOS

Habilitação jurídica

9.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.3 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.4 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.5 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.6 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.7 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.8 Cópia da cédula de identidade dos sócios os responsáveis legais.

9.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.13 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

9.14 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.15 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.16 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.17 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.18 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.19 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II. Ressalta-se que, nos casos em que a certidão seja emitida por meio do Processo Judicial Eletrônico (PJe), a apresentação das certidões de 1º e 2º grau é suficiente para fins de comprovação da regularidade, não sendo necessária a apresentação cumulativa de outras certidões adicionais, desde que atendam às disposições da Instrução Normativa do TJPE nº 07/2014, da Resolução CNJ nº 185/2013 e da Lei nº 11.419/2006, ou normativos equivalentes da jurisdição competente;

9.20 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.20.1 índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.20.2 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.20.3 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.21 Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

9.22 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.14. Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido objeto compatíveis e pertinentes em características, quantidades e prazos, com o objeto deste Edital, devendo o atestado conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.
8.15. Os atestados de capacidade técnica somente serão exigidos para parcelas de maior relevância ou valor mais significativo da licitação, ou seja, as que tenham valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do total estimado da contratação.
8.16. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) documento(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu pelo menos 10% das quantidades e prazos descritos na proposta de preço apresentada nessa licitação.
8.17. O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já executou objeto similar ao da licitação;
8.18. A ausência de apresentação de documento de aptidão claro, legível e idôneo, conforme com este edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.
8.19. Certidão de Licença Sanitária expedido por órgão municipal ou estadual da sede da licitante.
8.20. Alvará de Autorização de Funcionamento compatível com o objeto licitado.

Declarações

9.23 Apresentar as declarações constantes nos itens 4.3 e 4.4 deste edital.

10 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5(cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou fisicamente.

10.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11 DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico https://ilhadeitamaraca.pe.gov.br/transparencia/processos-licitatorio, ou a partir de solicitação de vistas do processo físico.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% diário até o limite de 30% do valor total incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30(trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% diário até o limite de 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado a depender da gravidade.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita neste edital, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios*: https://bnccompras.com/Home/Login e licitaitamaraca@gmail.com.

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. Prazo de vigência, cláusulas contratuais e demais informações são parte integrante deste edital a partir de sua vinculação com o termo de referência e minuta contratual.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://bnccompras.com/Home/Login.

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

Apêndice ao Termo de Referência – Estudo Técnico Preliminar

15.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

15.12.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços

15.12.4. ANEXO IV – MODELOS DE PROPOSTAS

15.12.5. ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÕES

Ilha de Itamaracá/PE, 14 de julho de 2026

Rúbia Chagas Galvão
Secretária Municipal de Políticas Sociais
Matrícula Nº 222017

ANEXO I

APÊNDICE AO TERMO DE REFERÊNCIA – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS DA ILHA DE ITAMARACÁ/PE

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços visando à Aquisição de gêneros alimentícios, compreendendo proteínas, cereais e hortifrutigranjeiros, destinados ao atendimento das demandas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e da Cozinha Comunitária Municipal da Ilha de Itamaracá/PE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. As características e especificações do objeto ora licitado são:

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	MED. DE FORNEC.	QNT	VAL. UNIT. (R$)	VAL. TOTAL (R$)
00/001	**ARROZ PARBOILIZADO**: tipo um, longo constituído de grãos inteiros, insetos de sujidades materiais estranhos, acondicionados em saco plástico atóxico contendo 1 kg.	458908	KG	5692	R$ 4,78	R$ 27.207,76
00/002	**FEIJÃO CARIOCA**: Novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em saco plástico de 1kg.	464553	KG	1897	R$ 5,57	R$ 10.566,29
00/003	**FEIJÃO PRETO**: Novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em pacote de 1kg.	464551	KG	1825	R$ 8,60	R$ 15.695,00
00/004	**FEIJÃO MACASSAR**: Novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em	464567	KG	468	R$ 7,37	R$ 3.449,16

	saco plástico de 1kg.					
00/005	**MACARRÃO ESPAGUETE**: Tipo seca formato espaguete, cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial e demais substâncias permitidas, isenta de corantes artificiais, sujidade e parasitas, acondicionada em saco de plástico transparente, atóxico, embalagem primária. PACOTE 400G	459002	PCT	11300	R$ 3,68	R$ 41.584,00
00/006	**FLOCÃO DE MILHO**: Amarelos, sem sal, embaladas em sacos plásticos transparentes, limpos, não violados, com informações nutricionais no rótulo. Embalagem com 500g.	459017	PCT	120	R$ 2,12	R$ 254,40
00/007	**FARINHA DE MANDIOCA**: Com embalagens com 1 Kg, com características organolépticas originais do alimento.	459009	KG	3168	R$ 6,35	R$ 20.116,80
00/008	**FARINHA DE TRIGO**: com embalagens com 1 Kg, livre de sujidades e bolores tendo características organolépticas originais do alimento.	480337	KG	276	R$ 5,63	R$ 1.553,88
00/009	**FARINHA DE ROSCA**: com embalagens com 1Kg, com características organolépticas originais do alimento.	459152	KG	1572	R$ 16,07	R$ 25.262,04
00/010	**AMIDO DE MILHO**: Fabricado a partir de matérias primas limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Sob forma de pó, embalagem 500g. Com rotulagem conforme a legislação.	457050	UND	744	R$ 7,77	R$ 5.780,88

00/011	**AVEIA EM FLOCOS FINOS**: Produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação. Embalagem primária 500G.	460501	CX	144	R$ 5,87	R$ 845,28
00/012	**LEITE EM PÓ INTEGRAL**: - O produto deve ter sido embalado no local de fabricação. Atender a IN 11 de 0 MA apresentar laudo de laboratório credenciado atual. Pacote inferior ou igual a 1kg.	459637	UND	724	R$ 26,89	R$ 19.468,36
00/013	**LEITE DE COCO**: Sem adição de açúcar, embalagem de vidro de 500ml.	464011	UND	96	R$ 6,73	R$ 646,08
00/014	CREME DE LEITE: Caixa fechada sem rachaduras, sabor e cor característicos, suave, não rançosos, nem ácidos conforme legislação vigente. Sabor tradicional. caixa 200g.	446533	UND	708	R$ 3,29	R$ 2.329,32
00/015	ACHOCOLATADO EM PÓ: Obtido pela mistura de cacau em pó solúvel, leite em pó fino e homogêneo, sem sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica ou metálica. Embalagem inferior ou igual a 400g.	484189	UND	1600	R$ 6,70	R$ 10.720,00
00/016	**AÇÚCAR TIPO CRISTAL**: Obtido da cana-de-açúcar com cor, aspecto, cheiro próprios, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais e vegetais, acondicionado em saco plástico atóxico, pacote pesando 1 kg.	603269	KG	240	R$ 4,30	R$ 1.032,00

00/017	**EXTRATO DE TOMATE DO TIPO CONCENTRADO**: Produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico, isento de sujidades e fermentação, acondicionado em caixa fechada embalagem tipo Tetra Pack inferior ou igual a 340g.	459670	UND	2520	R$ 4,35	R$ 10.962,00
00/018	**ÓLEO DE SOJA**: Procedência nacional, em garrafas pet de 900 ml acondicionadas em caixas com 20 unidades. Em embalagem plástica resistente, lacrada, transparente e incolor, rotulada segundo legislação vigente.	416665	UND	2100	R$ 10,45	R$ 21.945,00
00/019	**VINAGRE DE ÁLCOOL**: Produto natural fermentado acético simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso, acondicionado em frascos plásticos c/ 500ml e com tampa inviolável hermeticamente.	217095	UND	687	R$ 1,64	R$ 1.126,68
00/020	**MARGARINA**: produto obtido pela emulsão de óleos e gorduras com água, adicionado de ingredientes permitidos pela legislação, devendo apresentar cor, odor e sabor característico do produto. 1KG.	616858	UND	372	R$ 17,93	R$ 6.669,96
00/021	**MARGARINA** - produto obtido pela emulsão de óleos e gorduras com água, adicionado de ingredientes permitidos pela	616858	UND	240	R$ 5,24	R$ 1.257,60

	legislação, devendo apresentar cor, odor e sabor característico do produto. Embalagem com 250g.					
00/022	**COLORÍFICO (COLORAU) A BASE DE URUCUM**: Em pó fino, homogêneo, grãos limpos, dessecados e moídos, de coloração própria, isentos de materiais estranhos a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, hermeticamente vedado, com pacote contendo 1kg	462101	EMBALAGEM	210	R$ 9,72	R$ 2.041,20
00/023	**CALDO DE GALINHA EM PÓ**: Em pó fino, homogêneo, com sabor característico de galinha, isento de materiais estranhos à sua espécie, acondicionado em embalagem resistente, hermeticamente vedado, atóxico, pronto para dissolução em água. 1KG	339478	UND	149	R$ 13,06	R$ 1.945,94
00/024	**PÁPRICA DOCE**: em pó fino, homogêneo, de cor vermelho-a laranjada intensa, sabor adocicado característico, isento de impurezas e materiais estranhos, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. 1KG	463918	UND	87	R$ 9,49	R$ 825,63
00/025	**PIMENTA DO REINO**: Em pó fino, homogêneo, com aroma e sabor picante característicos, isento de impurezas e materiais estranhos, acondicionado em embalagem	463919	UND	60	R$ 8,76	R$ 525,60

	hermeticamente vedada, atóxico. 1KG					
00/026	**LOURO**: Folhas secas inteiras, limpas, homogêneas, com aroma e sabor característicos da espécie, isentas de impurezas ou materiais estranhos, acondicionadas em embalagem hermeticamente vedada, atóxico.	463904	PCT	2438	R$ 4,17	R$ 10.166,46
00/027	**ALECRIM**: Folhas secas, limpas, homogêneas, com aroma e sabor característicos da espécie, isentas de impurezas ou materiais estranhos, acondicionadas em embalagem hermeticamente vedada, atóxico.	463856	PCT	2438	R$ 11,10	R$ 27.061,80
00/028	**ORÉGANO**: Folhas secas, limpas, homogêneas, com aroma e sabor característicos da espécie, isentas de impurezas ou materiais estranhos, acondicionadas em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. Pacote com 500g.	463916	UND	2438	R$ 9,19	R$ 22.405,22
00/029	**COMINHO**: em pó fino, homogêneo, grãos limpos, dessecados e moídos, de coloração própria, isentos de materiais estranhos a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, hermeticamente vedado, com pacote contendo 1kg.	463891	KG	87	R$ 10,68	R$ 929,16
00/030	**SAL REFINADO IODADO**: Cloreto de sódio, e sais de iodo, acondicionados em	448219	PCT	432	R$ 2,48	R$ 1.071,36

	sacos de polietileno, resistente e vedado, acondicionado em pacotes de I kg.					
00/031	**MOSTARDA**: Molho homogêneo, cor amarela característica, sabor levemente picante e ácido, isento de impurezas, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. Embalagem inferior ou igual a 1kg.	459669	UND	84	R$ 9,58	R$ 804,72
00/032	**KETCHUP**: Molho homogêneo, de cor vermelha intensa, sabor adocicado e levemente ácido característico do tomate, isento de impurezas, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. Embalagem inferior ou igual a 1kg.	459665	UND	264	R$ 7,33	R$ 1.935,12
00/033	**MAIONESE**: Molho homogêneo, cor branca cremosa, sabor suave e característico, textura cremosa, isento de impurezas, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxica. Embalagem inferior ou igual a 1kg.	459658	UND	360	R$ 5,87	R$ 2.113,20
00/034	**MILHO DE MUNGUNZÁ**: Em grãos secos, limpos, tipo l, sem impurezas, insetos ou umidade excessiva. Embalagem plástica resistente, íntegra e bem vedada. Cor e odor característicos. 500g.	279262	PCT	36	R$ 2,93	R$ 105,48
00/035	**MILHO DE PIPOCA**: Grãos tipo l, uniformes, íntegros, livres de sujidades e	279262	PCT	48	R$ 3,76	R$ 180,48

	insetos. Embalagem plástica vedada, sem perfurações. Com boa capacidade de expansão. 500G					
00/036	**PÃO DE CAIXA**: Produto fresco, macio, sem mofo ou odores estranhos. Embalagem original lacrada, contendo data de fabricação e validade.	460403	PCT	120	R$ 4,79	R$ 574,80
00/037	**PÃO DE CACHORRO QUENTE/CEDINHA** - produto fresco, macio, sem mofo ou odores estranhos. embalagem original lacrada, contendo data de validade, lote e fabricação. pacote com 500g.	617307	PCT	120	R$ 7,25	R$ 870,00
00/038	**QUEIJO RALADO**: Produto seco, fino, com aroma e sabor característicos. Embalagem lacrada, sem umidade ou alteração de cor.	225847	PCT	2388	R$ 10,74	R$ 25.647,12
00/039	**SARDINHA EM LATA ÓLEO VEGETAL**: Em embalagem tipo enlatada sem amasso ou rachaduras, cor e sabor característicos. Unidades de 250g.	449006	UND	7681	R$ 5,46	R$ 41.938,26
00/040	**CARNE BOVINA SEM OSSO**: Tipo: acém, paleta, elou músculo traseiro, sem osso, limpa e sem aparas, congelada, no máximo de 10% de gordura, com aspecto, cor e cheiro característico, livre de sujidades e ação de microrganismos, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa, com registro no SIF ou SIE. Pacotes de 01 a 05kg, etiquetados e com data de validade.	476495	KG	2.683	R$ 35,25	R$ 94.575,75

	(COTA PRINCIPAL)					
00/041	**CARNE BOVINA SEM OSSO**: Tipo: acém, paleta, elou músculo traseiro, sem osso, limpa e sem aparas, congelada, no máximo de 10% de gordura, com aspecto, cor e cheiro característico, livre de sujidades e ação de microrganismos, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa, com registro no SIF ou SIE. Pacotes de 01 a 05kg, etiquetados e com data de validade. **(COTA RESERVADA)**	476495	KG	894	R$ 35,25	R$ 31.513,50
00/042	**CARNE BOVINA MOÍDA**: Dianteira sem osso, tipo paleta ou acém, em peça dividida de acordo com o peso, gordura, congelada e no máximo de 10% de sebo e gordura limpa, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, sem sujidades e ação de microrganismos, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa, embalagem com 500g, com data de validade e selo de registro do SIF ou SIE.	451059	PCT	576	R$ 8,29	R$ 4.775,04
00/043	**FRANGO CONGELADO INTEIRO**: Com aspecto, cor e cheiro próprios, sem manchas, pele completa ausência de penas e penugem e parasitas, etiquetados com data de validade e selo do SIF ou SIE **(COTA PRINCIPAL)**	447588	KG	15.165	R$ 32,03	R$ 485.734,95
00/044	**FRANGO**	447588	KG	5.055	R$ 32,03	R$

	CONGELADO INTEIRO: Com aspecto, cor e cheiro próprios, sem manchas, pele completa ausência de penas e penugem e parasitas, etiquetados com data de validade e selo do SIF ou SIE **(COTA RESERVADA)**					161.911,65
00/045	**PEITO DE FRANGO SEM PELE**: Com aspecto, cor e cheiro próprios, sem manchas, sem pele ausência de penas e penugem e parasitas, etiquetados com data de validade e selo do SIF ou SIE. **(COTA PRINCIPAL)**	447590	KG	4.752	R$ 22,23	R$ 105.636,96
00/046	**PEITO DE FRANGO SEM PELE**: Com aspecto, cor e cheiro próprios, sem manchas, sem pele ausência de penas e penugem e parasitas, etiquetados com data de validade e selo do SIF ou SIE. **(COTA RESERVADA)**	447590	KG	1.584	R$ 22,23	R$ 35.212,32
00/047	**FÍGADO BOVINO CONGELADO**: De primeira, embalagem de 01 a 05kg, etiquetada com data de validade e selo do SIF ou SIE.	447485	KG	3384	R$ 15,13	R$ 51.199,92
00/048	**CARNE DE CHARQUE**: Carne bovina salgada, produto preparado com carne bovina tipo charque de ponta de agulha, 1 0 qualidade, com registro no SIF.	480424	KG	1860	R$ 38,27	R$ 71.182,20
00/049	**PEIXE TIPO POLACA OU TILÁPIA** – Produto congelado, sem pele e sem espinhas. Apresentar cor, odor e textura característicos, sem sinais de deterioração. Deve	448953	KG	180	R$ 33,28	R$ 5.990,40

	estar bem congelado, sem excesso de gelo de gelo ou cristais. Embalagem íntegra, resistente, lacrada e com identificação do produto, data de fabricação e validade.					
00/050	**OVO DE GALINHA**: Branco, médio, isento, de sujidades, fungos e substâncias tóxicas, acondicionado em bandeja apropriada com 30 unidades, com registro no SIE ou SIF.	446619	BDJ	612	R$ 21,44	R$ 13.121,28
00/051	**CEBOLA BRANCA**: casca seca, bulbo firme, sem brotação ou mofo.	463781	KG	2593	R$ 8,27	R$ 21.444,11
00/052	**TOMATE**: vermelho uniforme, firme, sem rachaduras, com cheiro característico do fruto.	463806	KG	2463	R$ 7,28	R$ 17.930,64
00/053	**PIMENTÃO**: casca firme e brilhante, firme, sem manchas.	463809	KG	720	R$ 2,57	R$ 1.850,40
00/054	**COENTRO**: folhas verdes, tenras, com aroma característico, sem amareladas ou murchas.	479694	MAÇOS	1809	R$ 5,18	R$ 9.370,62
00/055	**CENOURA**: lisa, firme, sem rachaduras, sem brotos, cor alaranjada uniforme.	463770	KG	2472	R$ 9,59	R$ 23.706,48
00/056	**BETERRABA**: casca lisa, firme, sem rachaduras, cor uniforme, sem brotos.	463767	KG	1680	R$ 6,16	R$ 10.348,80
00/057	**BATATA INGLESA**: casca firme, sem brotos, sem manchas verdes ou escuras.	463754	KG	2652	R$ 8,53	R$ 22.621,56
00/058	**ABÓBORA**: casca dura, sem rachaduras, firme, sem manchas escuras.	463746	KG	60	R$ 4,74	R$ 284,40
00/059	**CHUCHU:** casca verde uniforme, firme, sem rachaduras ou partes moles.	463778	KG	2100	R$ 6,13	R$ 12.873,00
00/060	**CEBOLINHA**: em molho, folhas verdes,	463880	MAÇOS	1592	R$ 4,00	R$ 6.368,00

	tenras, com aroma característico, sem amareladas ou murchas.					
00/061	**REPOLHO VERDE**: compacto, firme, folhas verdes ou roxas, sem manchas.	463839	KG	192	R$ 6,95	R$ 1.334,40
00/062	**SALSA**: folhas verdes, tenras, com aroma característico, sem amareladas ou murchas.	463839	MAÇOS	559	R$ 4,75	R$ 2.655,25
00/063	**MELANCIA**: casca firme, sem rachaduras, som oco ao bater, polpa vermelha uniforme.	464418	KG	576	R$ 3,99	R$ 2.298,24
00/064	**MELÃO**: casca firme, aroma doce, sem rachaduras, polpa consistente.	464422	KG	384	R$ 4,19	R$ 1.608,96
00/065	**BANANA**: casca amarelada uniforme, sem manchas pretas excessivas, firme.	464381	KG	432	R$ 5,72	R$ 2.471,04
00/066	**LARANJA**: casca firme, cor uniforme, sem manchas ou partes moles.	464393	KG	480	R$ 5,62	R$ 2.697,60
00/067	**MACAXEIRA**: casca marrom firme, polpa branca uniforme, sem fibras soltas.	463795	KG	720	R$ 5,57	R$ 4.010,40
00/068	**BATATA DOCE**: firme, polpa uniforme, sem fibras soltas.	617162	KG	360	R$ 4,86	R$ 1.749,60
00/069	**POLPA DE FRUTA TODOS SABORES**: Em embalagem plástica congelada, com registro no SIE ou SIF. Embalagem de 01 kg.	19790	KG	216	R$ 11,78	R$ 2.544,48
VALOR TOTAL R$ 1.578.635,99 (UM MILHÃO QUINHENTOS E SETENTA E OITO MIL SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS).						

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.5. O fornecimento de gêneros alimentícios destinados ao atendimento da Cozinha Comunitária Municipal e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) caracteriza-se como demanda contínua, em razão de sua essencialidade para garantir a oferta regular de alimentação à população em situação de vulnerabilidade social e alimentar atendida pelos programas vinculados à Secretaria de Políticas Sociais do Município da Ilha de Itamaracá/PE.

Dessa forma, a adoção de vigência plurianual mostra-se mais vantajosa para a Administração Pública, possibilitando maior eficiência no planejamento das aquisições, continuidade no abastecimento das unidades, regularidade no fornecimento dos gêneros alimentícios e melhor execução das ações socioassistenciais e de segurança alimentar desenvolvidas pelo município.

A medida contribui para assegurar a preparação e distribuição contínua das refeições ofertadas pela Cozinha Comunitária e pelo SCFV, evitando desabastecimentos, interrupções nos serviços e prejuízos à população beneficiária, além de proporcionar maior controle administrativo, otimização dos recursos públicos e melhoria na gestão contratual.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente demanda tem por objetivo a aquisição de gêneros alimentícios, compreendendo proteínas, cereais e hortifrutigranjeiros, destinados ao atendimento das necessidades da Cozinha Comunitária Municipal e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), vinculados à Secretaria de Políticas Sociais do Município da Ilha de Itamaracá/PE, visando assegurar aos usuários refeições adequadas, nutritivas e preparadas em conformidade com os padrões de higiene, qualidade e segurança alimentar exigidos pela legislação vigente.

A reposição contínua dos estoques de alimentos mostra-se essencial para garantir o regular funcionamento das atividades desenvolvidas pelos programas socioassistenciais, especialmente para assegurar a produção e distribuição diária de aproximadamente 400 (quatrocentas) marmitas pela Cozinha Comunitária, bem como o fornecimento de cerca de 380 (trezentas e oitenta) refeições semanais no âmbito do SCFV.

A aquisição dos gêneros alimentícios, incluindo produtos perecíveis e não perecíveis, é fundamental para atender de forma contínua, eficiente e adequada às necessidades das unidades responsáveis pela execução das políticas públicas de assistência social e segurança alimentar, contribuindo diretamente para a promoção da dignidade humana, inclusão social e melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social e alimentar.

Entre os produtos a serem adquiridos, destacam-se proteínas, cereais, frutas, legumes, verduras e demais itens necessários à composição das refeições ofertadas, sendo imprescindível que tais alimentos sejam mantidos em condições adequadas de conservação, armazenamento e transporte, preservando suas características nutricionais, qualidade sanitária e segurança para consumo.

Dessa forma, a seleção dos fornecedores buscará assegurar a qualidade dos produtos ofertados, preços compatíveis com os praticados no mercado, regularidade no abastecimento e cumprimento dos prazos de entrega estabelecidos pela Secretaria de Políticas Sociais, com vistas a garantir maior eficiência na execução dos serviços, evitar

desperdícios e assegurar atendimento contínuo, seguro e adequado à população beneficiária dos programas socioassistenciais do Município.

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O Plano de Contratações Anuais encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de gêneros alimentícios, compreendendo proteínas, cereais e hortifrutigranjeiros, destinados ao atendimento das demandas da Cozinha Comunitária Municipal e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), vinculados à Secretaria de Políticas Sociais do Município da Ilha de Itamaracá/PE.

A contratação tem por finalidade assegurar o abastecimento contínuo dos insumos necessários à preparação das refeições ofertadas pelos programas, garantindo a execução regular das ações de segurança alimentar e nutricional e das atividades socioassistenciais desenvolvidas pelo Município. Os alimentos serão utilizados na produção diária de aproximadamente 400 (quatrocentas) marmitas distribuídas pela Cozinha Comunitária Municipal, bem como na oferta de cerca de 380 (trezentas e oitenta) refeições semanais destinadas aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

A solução contempla o fornecimento parcelado dos gêneros alimentícios, conforme demanda da Administração, possibilitando maior controle dos estoques, redução de desperdícios, adequação dos quantitativos às necessidades efetivas dos serviços e melhor aproveitamento dos recursos públicos. A entrega dos produtos deverá ocorrer de forma regular e programada, observando os prazos, quantidades e especificações definidos pela Secretaria demandante.

Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução abrange todas as etapas necessárias para garantir a adequada disponibilização dos alimentos, compreendendo sua produção, seleção, acondicionamento, armazenamento, transporte, entrega, recebimento e utilização no preparo das refeições. Os produtos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas, possuir condições adequadas de conservação, validade compatível com o consumo previsto e observar todas as normas sanitárias, de qualidade e segurança alimentar aplicáveis.

A contratada deverá adotar procedimentos que assegurem a integridade dos alimentos durante todas as etapas de fornecimento, responsabilizando-se pelo transporte em condições adequadas, preservação das características nutricionais dos produtos e substituição imediata de itens que apresentem irregularidades, avarias, vencimento inadequado ou qualquer desconformidade em relação às exigências contratuais.

A solução escolhida mostra-se adequada por proporcionar abastecimento contínuo e eficiente dos programas assistenciais, garantindo a manutenção da oferta de refeições à população em situação de vulnerabilidade social, contribuindo para o combate à insegurança alimentar, promoção da saúde, fortalecimento dos vínculos comunitários e efetivação das políticas públicas de assistência social desenvolvidas pelo Município.

Os itens objeto da contratação enquadram-se como bens comuns, possuindo padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, razão pela qual a contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, utilizando o Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço por item, modelo que proporciona maior competitividade, economicidade, eficiência administrativa e flexibilidade na gestão das futuras aquisições.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Os critérios de sustentabilidade encontram-se pormenorizados em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento:

CRONOGRAMA DE ENTREGA	
Hortifrútis:	Entrega parcelada, semanalmente, nos dias acordados com o (a) servidor (a) designado (a) pela Contratante, no horário de 08h00min as 14h00min.
Demais alimentos:	Entrega parcelada, quinzenalmente, nos dias acordados com o (a) servidor (a) designado (a) pela Contratante, no horário de 08h00min as 14h00min.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:

- **Cozinha Comunitária Anjinha do Coco** - localizada na Avenida João Pessoa Guerra, s/n, Pilar, Ilha de Itamaracá - PE, 53900-000, de segunda a sexta, das 08:00 as 14:00 horas.
- **Serviço Convivência e Fortalecimento de Vínculos –** localizada na Av. Padre Tenório, nº827, Quatro Cantos, Ilha de Itamaracá – PE, 53900-000, de segunda a sexta, das 08:00 as 14:00 horas.

Validade

5.4. O fornecimento de produtos deverá conter no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) da validade total especificada pelo fabricante, na data de sua entrega, quando for o caso de produtos com data de validade.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência,

para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.9. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.11. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.12. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.13. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.14. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.15. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a

serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.16. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, 32º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.11. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.11.1. o prazo de validade;

7.11.2. a data da emissão;

7.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.11.5. o valor a pagar; e

7.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.12. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.13. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.19. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA/IBGE* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.21. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.23.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.24. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será CONTINUADO.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária**: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Cópia da Cédula de Identidade dos sócios ou responsáveis legais;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); Quando no texto da certidão a que se refere, excluir os processos do PJE, será obrigatória, também, a apresentação Certidão negativa de falência 1º e 2º Grau emitidas na forma da Instrução Normativa do TJPE nº 07 de 02/06/2014, na Resolução do CNJ nº 185 e na Lei 11.419/2006, ou de sua jurisdição, expedida pelo distribuidor da sede do licitante em processo judicial eletrônico.

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **DOS 2 (DOIS) ÚLTIMOS EXERCÍCIOS SOCIAIS (2024 E 2025**), comprovando;

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.23.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento do objeto, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa licitante fornecido objeto compatíveis e pertinentes em características, quantidades e prazos, com o objeto deste Edital, devendo o atestado conter, além do nome do atestante, seu endereço e telefone, ou qualquer outra forma de que o pregoeiro possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

8.27. Os atestados de capacidade técnica somente serão exigidos para parcelas de maior relevância ou valor mais significativo da licitação, ou seja, as que tenham valor igual ou superior a 4% (quatro por cento) do total estimado da contratação.

8.28. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) documento(s) que expressamente certifique(m) que o licitante já forneceu pelo menos 10% das quantidades e prazos descritos na proposta de preço apresentada nessa licitação.
8.29. O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já executou objeto similar ao da licitação;
8.30. A ausência de apresentação de documento de aptidão claro, legível e idôneo, conforme com este edital, tendo em vista as características do objeto, é motivo de inabilitação, mediante decisão motivada do Pregoeiro.
8.31. Certidão de Licença Sanitária expedido por órgão municipal ou estadual da sede da licitante.
8.32. Alvará de Autorização de Funcionamento compatível com o objeto licitado.

9. DAS OBRIGAÇÕES

9.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

g) Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

h) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

i) A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

j) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

g) Quando não for possível a verificação da regularidade online, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

i) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total das aquisições é de **VALOR TOTAL R$ 1.578.635,99 (UM MILHÃO QUINHENTOS E SETENTA E OITO MIL SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS),** conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.6. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
iv. **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) diário até o limite de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;
2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.
4. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.
5. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.
6. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1 a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

PODER: 2 – PODER EXECUTIVO **ÓRGÃO: 3000 – FUNDO MUNICIPAL** **UO: 2012 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** **DOTAÇÃO: 08.306.0811.2186 – IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA COZINHA COMUNITÁRIA** **OUTRAS DESPESAS CORRENTES: 33000000** **APLICAÇÕES DIRETAS: 33900000** **33903000 – 15000000 MATERIAL DE CONSUMO** **33903000 – 16610000 MATERIAL DE CONSUMO** **PODER: 2 - PODER EXECUTIVO** **ÓRGÃO: 3000 - FUNDOS MUNICIPAIS** **UO: 3012 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL** **DOTAÇÃO: 08.245.0809.2215 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (CRAS, SCFV E OUTROS** **33000000 OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33903000 - 15010000 MATERIAL DE CONSUMO** **33903000 - 16600000 MATERIAL DE CONSUMO** **33903000 - 16610000 MATERIAL DE CONSUMO**

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

_____

Rúbia Chagas Galvão
Secretária Municipal de Políticas Sociais
Matrícula Nº 222017

_____

Grazielly Arruda
Nutricionista
CRN 26873

ANEXO I – CARDÁPIOS

COZINHA COMUNITÁRIA

	SEGUNDA- FEIRA	TERÇA -FEIRA	QUARTA – FEIRA	QUINTA – FEIRA
PRATO PRINCIPAL	ISCA DE FIGADO	FRANGO GUISADO/ASSADO	BOLINHO DE PEIXE ESPECIAL DO CHEF	FRANGO EMPANADO
ACOMPANHAMENTO	ARROZ BRANCO FEIJÃO PRETO MACARRÃO FAROFA	ARROZ BRANCO FEIJÃO PRETO MACARRÃO FAROFA	ARROZ BRANCO FEIJÃO MULATINHO MACARRA˜O FAROFA	ARROZ BRANCO FEIJÃO MULATINHO MACARRÃO FAROFA
SALADA	MIX DE LEGUMES	MIX DE LEGUMES	MIX DE LEGUMES	MIX DE LEGUMES

1° SEXTA DO MES	2° SEXTA DO MES	3° SEXTA DO MES	4° SEXTA DO MES
PIRÃO - ARROZ BRANCO -LEGUMES COZIDOS	ARRUMADINHO - VINAGRETE	PIRÃO - ARROZ BRANCO - LEGUMES COZIDOS	STROGONOFE DE FRANGO - ARROZ C/ CENOURA - PURÊ DE BATATA INGLESA

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

CARDÁPIO DAS CRIANÇAS

SEGUNDA FEIRA	QUARTA- FEIRA
- **FRUTAS:** MELANCIA E LARANJA - SANDUICHE NATURAL DE SARDINHA - MALTADO	- **FRUTAS:** BANANA E MELÃO - BOLO DO DIA - MALTADO

- **FRUTAS:** MELANCIA E LARANJA - CACHORRO-QUENTE - MALTADO	- **FRUTAS:** BANANA E MELÃO - PIPOCA DE MILHO - MALTADO

CARDÁPIO SCVF

PREFEITURA ILHA DE ITAMARACÁ
RECONSTRUÇÃO, LEGADO E FUTURO
SECRETARIA DE POLITICAS SOCIAIS

REFEIÇÃO 1° semana	TERÇA	QUINTA
CAFÉ DA MANHÃ	- MACAXEIRA - OVOS MEXIDOS - FRUTAS - CAFÉ / LEITE	- PAPA DE AVEIA - FRUTAS - CAFÉ/ LEITE
ALMOÇO	- ARROZ REFOGADO - FEIJÃO MULATINHO - FRANGO ASSADO - LEGUMES COZIDOS - FAROFA - SUCO DE FRUTA	- ARROZ REFOGADO - FEIJÃO MULATINHO - ESCONDIDINHO DE CARNE MOÍDA - LEGUMES COZIDOS - SUCO DE FRUTA

REFEIÇÃO 2° semana	TERÇA	QUINTA
CAFÉ DA MANHÃ	- CUSCUZ - FRUTAS - CAFÉ / LEITE	- CANJA C/ LEGUMES - FRUTAS - CAFÉ/ LEITE
ALMOÇO	- MACARRÃO ESPAGUETE - PURÊ DE BATATAS - ALMONDEGAS AO MOLHO DE TOMATE - SALADA COZIDA - SUCO DE FRUTA	- ARROZ REFOGADO - FEIJÃO MULATINHO - FRANGO AO MOLHO - LEGUMES COZIDOS - FAROFA - SUCO DE FRUTA

REFEIÇÃO 3° semana	TERÇA	QUINTA
CAFÉ DA MANHÃ	-MUNGUZÁ - TORRADA - CAFÉ / LEITE	- MACAXEIRA - CHARQUE - FRUTAS - CAFÉ / LEITE
ALMOÇO	- ARROZ REFOGADO - FEIJÃO MULATINHO - PEIXE ASSADO - FAROFA - LEGUMES COZIDOS - SUCO DE FRUTA	ARROZ REFOGADO - FEIJÃO MULATINHO - FRANGO ASSADO - FAROFA - LEGUMES COZIDOS - SUCO DE FRUTA

REFEIÇÃO 4° semana	TERÇA	QUINTA
CAFÉ DA MANHÃ	- SOPA DE CARNE - FRUTAS - CAFÉ / LEITE	- CUSCUZ RECHEADO - FRUTAS - CAFÉ/ LEITE
ALMOÇO	- PIRÃO DE CARNE - ARROZ BRANCO - LEGUMES COZIDOS - SUCO DE FRUTA	- ARROZ REFOGADO - FEIJÃO MULATINHO - FRANGO - FAROFA - LEGUMES COZIDOS - SUCO DE FRUTA

REFEIÇÃO 5° semana	TERÇA
CAFÉ DA MANHÃ	CANJA C/ LEGUMES - FRUTAS - CAFÉ/ LEITE
ALMOÇO	- ARROZ REFOGADO - FEIJÃO MULATINHO - PEIXE ASSADO - LEGUMES COZIDOS + SUCO DE FRUTA + FAROFA

ELABORADO PELA NUTRICIONISTA: GRAZIELLY ARRUDA CRN - 26837

APÊNDICE AO TERMO DE REFERÊNCIA – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por fim encontrar a melhor solução para atender à necessidade da Secretaria de Políticas Sociais da Ilha de Itamaracá/PE nos termos a seguir expostos.

1. INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução. Ele serve de base ao Termo de Referência a ser elaborado, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O ETP tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento de demanda registrada no Documento de Formalização da Demanda – DFD, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar a tomada de decisão e o prosseguimento do respectivo processo de contratação.

Referência: Inciso XI, do art. 2º e art. 11 da IN SGD/ME nº 94/2022.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

O presente Estudo Técnico Preliminar, elaborado pelo setor de Planejamento de Contratação e Serviço da Prefeitura Municipal da Ilha de Itamaracá/PE, busca identificar a melhor solução para a disponibilização de gêneros alimentícios destinados ao Programa Cozinha Comunitária e ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), vinculados à Secretaria de Políticas Sociais do Município da Ilha de Itamaracá/PE, visando assegurar a continuidade e a eficiência das ações socioassistenciais desenvolvidas em benefício da população em situação de vulnerabilidade social.

No âmbito da Cozinha Comunitária, a contratação visa atender à demanda diária de aproximadamente 400 (quatrocentas) marmitas, fornecidas à população assistida pelo programa, garantindo acesso regular à alimentação adequada, balanceada e nutricionalmente segura. O programa desempenha papel essencial no enfrentamento da insegurança alimentar e na promoção da dignidade humana, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de vida das famílias atendidas.

Já no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o fornecimento das refeições ocorre conforme a programação das atividades socioassistenciais realizadas ao

longo da semana, sendo ofertada, na maioria dos dias, refeição intermediária e, em determinados dias, café da manhã seguido de almoço, totalizando cerca de 380 (trezentas e oitenta) refeições semanais. A disponibilização da alimentação adequada durante as atividades contribui para a permanência dos usuários nos serviços, fortalecimento dos vínculos comunitários, promoção da convivência social e melhoria da qualidade de vida dos participantes.

Ao fornecer alimentos de qualidade por meio desses programas, a administração municipal não apenas cumpre com suas obrigações legais e institucionais, mas também demonstra compromisso efetivo com a promoção da segurança alimentar, da saúde e do bem-estar social da população mais vulnerável. Uma alimentação equilibrada e nutritiva favorece o desenvolvimento físico, emocional e social dos usuários, além de fortalecer as ações de inclusão e proteção social desenvolvidas pelo município.

Ressalta-se que a disponibilização dos gêneros alimentícios requisitados é de extrema importância para assegurar, de segunda-feira a sexta-feira, a oferta contínua de refeições equilibradas, nutritivas e adequadas, observando critérios de qualidade, higiene e segurança alimentar. Tal medida objetiva garantir a integração social, o fortalecimento dos vínculos comunitários e a continuidade dos serviços socioassistenciais prestados à população atendida.

Dessa forma, a aquisição dos alimentos assegura o fornecimento regular, em quantidade e qualidade adequadas, permitindo a preparação de refeições completas e balanceadas, promovendo maior eficiência das políticas públicas de assistência social, segurança alimentar e fortalecimento da cidadania, contribuindo significativamente para o pleno desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida da população beneficiada.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os itens a serem contratados visam suprir as demandas da Secretaria de Políticas Sociais do Município da Ilha de Itamaracá/PE, especialmente para atendimento das atividades desenvolvidas pela Cozinha Comunitária Municipal e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), considerando a necessidade contínua de fornecimento de alimentação adequada aos usuários atendidos pelos programas socioassistenciais.

Os produtos deverão ser entregues pelo fornecedor de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência e respectivos apêndices, observando as características de cada item, no município da Contratante, em local previamente indicado pela Secretaria demandante.

As quantidades previstas neste Estudo Técnico Preliminar foram definidas com base nas reais necessidades dos serviços ofertados diariamente pelo Município, considerando o fornecimento aproximado de 400 (quatrocentas) marmitas diárias pela Cozinha Comunitária e cerca de 380 (trezentas e oitenta) refeições semanais no âmbito do SCFV. Dessa forma, os quantitativos estimados são suficientes para assegurar a continuidade das ações socioassistenciais e garantir o adequado atendimento à população em situação de

vulnerabilidade social e alimentar.

Os gêneros alimentícios deverão atender rigorosamente às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), bem como às exigências das Vigilâncias Sanitárias locais, observando as boas práticas aplicáveis aos serviços de alimentação, de modo a garantir segurança higiênico-sanitária, qualidade nutricional e condições adequadas de consumo.

A presente demanda mostra-se indispensável para assegurar o acesso regular e contínuo à alimentação de qualidade, contribuindo diretamente para a promoção da segurança alimentar, fortalecimento dos vínculos comunitários, inclusão social e melhoria das condições de vida da população beneficiária dos programas assistenciais do município.

Neste contexto, a contratada deverá dispor de:

A. Fornecimento de gêneros alimentícios diversos, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, observando tipo de embalagem, unidade de medida, qualidade e prazos de validade exigidos;

B. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando experiência em características, quantidades e prazos compatíveis com a presente contratação;

C. Garantia de que os produtos entregues estejam, no mínimo, em seu terço inicial de validade, apresentando integral conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e neste Estudo Técnico Preliminar;

D. Entrega dos produtos em embalagens íntegras, adequadas, sem avarias, perfurações ou sinais de violação, contendo identificação clara quanto à data de fabricação, lote e validade, em conformidade com as exigências sanitárias aplicáveis;

E. Estrutura logística adequada para armazenamento, transporte e distribuição dos produtos, especialmente no que se refere às condições de conservação e controle de temperatura dos itens perecíveis;

F. Manutenção das temperaturas adequadas durante todas as etapas de embarque, transporte, desembarque e entrega dos produtos, sendo de inteira responsabilidade da contratada a preservação da qualidade, integridade física das embalagens e condições de refrigeração até o efetivo recebimento pela Contratante.

O Quadro 01 apresenta as características gerais desejáveis da presente contratação.

Quadro 01 – Características

Nº	REQUISITO	JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA
1	**Disponibilização de gêneros alimentícios em conformidade com as boas práticas de fabricação e normas sanitárias vigentes**	Garantir a qualidade, segurança alimentar e adequação dos insumos utilizados no preparo das refeições destinadas aos usuários da Cozinha Comunitária e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).

2	**Produtos dentro do prazo de validade e em conformidade com as especificações constantes na rotulagem.**	Assegurar condições adequadas para consumo, evitando riscos à saúde dos usuários, tais como intoxicações alimentares, contaminações e demais prejuízos decorrentes do consumo de alimentos inadequados.
3	**Fornecimento dos gêneros alimentícios conforme especificações técnicas e quantitativos definidos pela Secretaria demandante.**	Garantir o atendimento contínuo e regular das demandas da Secretaria de Políticas Sociais, da Cozinha Comunitária e do SCFV, assegurando a produção e oferta das refeições sem interrupções, evitando desperdícios e insuficiência no abastecimento dos alimentos.
5	**Transporte adequado dos alimentos**	Proporcionar segurança e qualidade durante o transporte e recebimento dos alimentos, mediante utilização de embalagens adequadas, identificação correta, veículos apropriados e controle de temperatura, especialmente para produtos perecíveis, evitando perdas, contaminações e atrasos no fornecimento das refeições destinadas à população em situação de vulnerabilidade social e alimentar.

Há contrato vigente ou anterior com o mesmo objeto? SIM

- Cozinha Comuntária

- **025/2025**
- **027/2025**
- **008/2026**

- Serviço de Convivência e Fortalecimento

- **007/2025**

A presente justificativa tem por finalidade demonstrar a necessidade de realização de nova contratação para aquisição de gêneros alimentícios destinados ao atendimento da Cozinha Comunitária e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), mesmo diante da existência de contratos atualmente vigentes e ainda não encerrados. Ressalta-se que os contratos em vigor foram celebrados com base em estimativas de consumo elaboradas em período anterior, considerando a demanda então existente. Contudo, ao longo da execução contratual, verificou-se aumento significativo na procura pelos serviços ofertados pela Cozinha Comunitária e pelas atividades desenvolvidas no âmbito do SCFV, ocasionando consumo superior ao inicialmente previsto.

Além disso, fatores supervenientes, como ampliação do número de usuários atendidos, intensificação das ações socioassistenciais, realização de atividades coletivas, oficinas, eventos e distribuição de refeições à população em situação de vulnerabilidade social, contribuíram diretamente para a redução mais acelerada dos quantitativos registrados nas atas e contratos vigentes. Destaca-se ainda que determinados itens alimentícios possuem caráter essencial e contínuo, sendo indispensáveis para garantir a manutenção regular das atividades, o preparo diário das refeições e a execução das ações nutricionais e socioassistenciais promovidas pelo Município. Dessa forma, a eventual interrupção no fornecimento comprometeria diretamente a prestação dos serviços públicos, podendo ocasionar prejuízos ao atendimento da população beneficiária.

Cumpre salientar que a Administração Pública deve atuar de forma preventiva e planejada,

assegurando a continuidade dos serviços essenciais, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público e interesse público. Assim, a abertura de novo procedimento licitatório e posterior contratação não decorre de falha de planejamento, mas da necessidade de recomposição dos estoques e adequação da contratação à demanda real atualmente verificada.

Ademais, considerando que os contratos vigentes encontram-se próximos do esgotamento dos quantitativos inicialmente contratados, torna-se imprescindível a adoção antecipada das providências administrativas necessárias para evitar desabastecimento, garantindo condições adequadas para o funcionamento da Cozinha Comunitária e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).
Diante do exposto, evidencia-se a necessidade e a viabilidade da realização de nova contratação de gêneros alimentícios, visando assegurar a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços prestados à população atendida pelos programas socioassistenciais do Município.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A pesquisa de preços realizada identificou valores compatíveis com os praticados no mercado para os gêneros alimentícios necessários à execução das ações desenvolvidas pela Cozinha Comunitária Municipal e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ambos vinculados à Secretaria de Políticas Sociais do Município da Ilha de Itamaracá/PE, de forma eficiente, econômica e alinhada aos objetivos institucionais. Todos os valores relacionados a demanda foram tomados por meio de cotação eletrônica verificada no site eletrônico www.sistema.cestadeprecos.com e referências da internet tomados como base o valor médio.

Existem múltiplas soluções semelhantes disponíveis no mercado aptas a atenderem a demanda?
(x) Sim. Após pesquisa de mercado foi observado que há múltiplas soluções disponíveis no mercado para atendimento da demanda.

Solução 1 – Realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço por item, visando ao fornecimento parcelado dos gêneros alimentícios conforme a demanda da Administração.
A solução atende integralmente aos requisitos da contratação, permitindo a aquisição dos produtos de forma gradual, de acordo com as necessidades efetivas dos serviços, sem a obrigatoriedade de contratação imediata da totalidade dos quantitativos estimados. Além disso, proporciona maior competitividade, ampliação da participação de fornecedores, redução dos custos de armazenamento, minimização de perdas decorrentes da perecibilidade dos alimentos e maior eficiência na gestão dos recursos públicos, revelando-se técnica e economicamente viável.

Solução 2 – Realização de Pregão Eletrônico convencional, sem adoção do Sistema de Registro de Preços, para aquisição integral dos quantitativos estimados.
Embora atenda à necessidade da Administração, essa alternativa exige a contratação imediata de todo o quantitativo previsto, demandando maior capacidade de armazenamento, elevando os riscos de perdas, especialmente dos produtos perecíveis,

além de reduzir a flexibilidade administrativa para adequação do consumo às necessidades efetivamente verificadas durante a execução dos serviços.

Solução 3 – Contratação de empresa para fornecimento de refeições prontas.
A alternativa não atende adequadamente à necessidade identificada, uma vez que o Município possui estrutura própria para preparo e distribuição das refeições por meio da Cozinha Comunitária Municipal. Ademais, essa solução reduziria a autonomia da Administração na elaboração dos cardápios, no controle da qualidade dos insumos utilizados e na adequação nutricional das refeições ofertadas aos usuários dos programas socioassistenciais.

Solução Escolhida: Solução 1.
A solução escolhida consiste na realização de Pregão Eletrônico para Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço por item, por representar a alternativa mais vantajosa para a Administração, assegurando maior competitividade, economicidade, flexibilidade nas aquisições, eficiência no gerenciamento dos estoques e fornecimento contínuo dos gêneros alimentícios necessários à manutenção das atividades da Cozinha Comunitária Municipal e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), garantindo a continuidade das ações de segurança alimentar e assistência social desenvolvidas pelo Município.

QUADRO 02 - ANÁLISE DE BENEFÍCIOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, COMPREENDENDO PROTEÍNAS, CEREAIS E HORTIFRUTIGRANJEIROS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E DA COZINHA COMUNITÁRIA MUNICIPAL DA ILHA DE ITAMARACÁ/PE

Nº	BENEFÍCIOS	RESULTADO ESPERADO
1	CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	EFICÁCIA
2	ESCOLHA DE PROPOSTA APTA A GERAR RESULTADOS BENÉFICOS E DE MAIOR CELERIDADE NO ÓRGÃO MUNICIPAL.	EFICIÊNCIA e AGILIDADE
3	PROVER O DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL	EFICIÊNCIA e ECONOMICIDADE
4	FORNECER ALINHAMENTO ESTRATÉGICO ÀS LEIS ORÇAMENTÁRIAS	EFICIÊNCIA e EFICÁCIA
5	PRODUTOS DE MENOR IMPACTO AMBIENTAL	EFICÁCIA e ECONOMICIDADE
6	MELHORAR E PROPICIAR O ATENDIMENTO DE QUALIDADE E DIGNO AO MUNICÍPE	EFICÁCIA
7	PERMITIR MELHOR GESTÃO E MAIOR AGILIDADE NAS ATIVIDADES DIÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	EFICIÊNCIA e EFICÁCIA

5. ESCOLHA DA SOLUÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A presente contratação tem como objetivo o fornecimento de gêneros alimentícios, compreendendo proteínas, cereais e hortifrutigranjeiros, destinados ao atendimento das

demandas da Cozinha Comunitária Municipal e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ambos vinculados à Secretaria de Políticas Sociais do Município da Ilha de Itamaracá/PE, visando assegurar a continuidade das ações de segurança alimentar e nutricional, bem como a adequada execução das atividades socioassistenciais desenvolvidas pelo Município.

A solução escolhida consiste na realização de Pregão Eletrônico, por meio do Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento pelo menor preço por item, modelo que se mostra mais eficiente e vantajoso para a Administração em razão da natureza dos produtos, da necessidade de fornecimento parcelado e da impossibilidade de prever com exatidão o consumo durante todo o período de vigência da ata. A adoção do Sistema de Registro de Preços proporciona maior flexibilidade na gestão das aquisições, permitindo que os fornecimentos ocorram de acordo com a demanda efetiva da Administração, evitando desperdícios, reduzindo custos de armazenamento e assegurando o abastecimento contínuo dos serviços.

A contratação visa garantir a preparação e distribuição diária de aproximadamente 400 (quatrocentas) marmitas pela Cozinha Comunitária Municipal, destinadas à população em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, bem como assegurar o fornecimento de aproximadamente 380 (trezentas e oitenta) refeições semanais aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, contribuindo para o desenvolvimento das atividades socioassistenciais, fortalecimento dos vínculos comunitários e promoção da cidadania.

A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, mediante emissão de ordens de fornecimento pela Secretaria de Políticas Sociais, observando os quantitativos efetivamente necessários ao atendimento dos programas. Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Administração, em perfeitas condições de conservação, armazenamento e consumo, respeitando rigorosamente as especificações técnicas, os padrões de qualidade exigidos, os prazos estabelecidos e toda a legislação sanitária aplicável.

Os gêneros alimentícios fornecidos deverão apresentar características adequadas de qualidade, frescor, acondicionamento, procedência e validade, sendo vedada a entrega de produtos deteriorados, impróprios para consumo ou em desacordo com as especificações definidas no Termo de Referência. Caberá à contratada assegurar a logística necessária para o transporte, manuseio e entrega dos produtos, preservando suas condições de consumo até o recebimento definitivo pela Administração.

Considerando o ciclo de vida do objeto, a solução contempla todas as etapas necessárias ao adequado fornecimento dos gêneros alimentícios, desde a aquisição junto aos produtores e distribuidores, armazenamento, transporte e entrega, até sua utilização na preparação das refeições ofertadas à população beneficiária. Dessa forma, busca-se garantir não apenas a disponibilidade contínua dos alimentos, mas também sua qualidade nutricional, segurança sanitária e adequação às necessidades dos programas assistenciais atendidos.

A contratação proporcionará benefícios diretos à Administração e à população usuária dos serviços, dentre os quais destacam-se a manutenção regular das atividades da Cozinha Comunitária Municipal e do SCFV, o fortalecimento das ações de combate à fome e à insegurança alimentar, a promoção da saúde e do bem-estar dos beneficiários, a melhoria da qualidade das refeições ofertadas e o fortalecimento das políticas públicas de assistência social desenvolvidas pelo Município.

Os itens objeto da contratação enquadram-se como bens comuns, nos termos do art. 6º,

inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 1º do Decreto nº 10.024/2019, por possuírem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por especificações usuais de mercado, sendo adequada sua contratação por meio de Pregão Eletrônico, utilizando-se o Sistema de Registro de Preços e o critério de julgamento pelo menor preço por item, assegurando ampla competitividade, economicidade, eficiência administrativa e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

6. ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

Para a presente contratação, o quantitativo estimado foi definido com base em estudos técnicos realizados acerca da demanda real dos serviços ofertados pela Cozinha Comunitária Municipal e pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ambos vinculados à Secretaria Municipal de Políticas Sociais do Município da Ilha de Itamaracá/PE, considerando o público atendido em situação de vulnerabilidade social e alimentar.

No âmbito da Cozinha Comunitária, a estimativa foi elaborada considerando a preparação e distribuição diária de aproximadamente 400 (quatrocentas) marmitas destinadas às famílias cadastradas em programas sociais e beneficiárias diretas das ações de segurança alimentar do município. Já para o SCFV, foram considerados os atendimentos realizados durante as atividades socioassistenciais, contemplando a oferta de cerca de 380 (trezentas e oitenta) refeições semanais, distribuídas conforme a programação das oficinas, encontros e ações desenvolvidas junto aos usuários do serviço.

Os levantamentos foram realizados com o apoio das equipes técnicas da Secretaria Municipal de Políticas Sociais, utilizando dados atualizados de frequência dos usuários, histórico de consumo médio mensal, quantitativos efetivamente utilizados em períodos anteriores e projeções de atendimento para os próximos 12 (doze) meses, considerando ainda a sazonalidade de determinados alimentos e o planejamento nutricional das refeições ofertadas.

As estimativas realizadas têm por finalidade assegurar que o fornecimento dos gêneros alimentícios atenda integralmente às necessidades das unidades responsáveis pela execução dos programas socioassistenciais, evitando tanto o desperdício quanto eventuais desabastecimentos, de forma a garantir a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços prestados à população em situação de vulnerabilidade social e alimentar.

Dessa forma, os quantitativos previstos observam os princípios da razoabilidade, planejamento, economicidade e eficiência estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, buscando assegurar o adequado funcionamento das ações de segurança alimentar e fortalecimento dos vínculos comunitários desenvolvidas pelo Município.

O quantitativo estimado foi definido considerando a média de refeições diárias e semanais ofertadas, o número de dias de funcionamento das unidades, o público regularmente atendido e o cardápio padrão adotado para a preparação das refeições, conforme detalhamento constante na planilha a seguir.

LOTE/ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	MED. DE FORNEC.	QNT
00/001	**ARROZ PARBOILIZADO**: tipo um, longo constituído de grãos inteiros, insetos de sujidades materiais estranhos, acondicionados em saco plástico atóxico contendo 1 kg.	458908	KG	5692
00/002	**FEIJÃO CARIOCA**: Novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras	464553	KG	1897

	variedades e espécies, acondicionado em saco plástico de 1kg.			
00/003	**FEIJÃO PRETO**: Novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em pacote de 1kg.	464551	KG	1825
00/004	**FEIJÃO MACASSAR**: Novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em saco plástico de 1k.g.	464567	KG	468
00/005	**MACARRÃO ESPAGUETE**: Tipo seca formato espaguete, cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial e demais substâncias permitidas, isenta de corantes artificiais, sujidade e parasitas, acondicionada em saco de plástico transparente, atóxico, embalagem primária. PACOTE 400G	459002	PCT	11300
00/006	**FLOCÃO DE MILHO**: Amarelos, sem sal, embaladas em sacos plásticos transparentes, limpos, não violados, com informações nutricionais no rótulo. Embalagem com 500g.	459017	PCT	120
00/007	**FARINHA DE MANDIOCA**: Com embalagens com 1 Kg, com características organolépticas originais do alimento.	459009	KG	3168
00/008	**FARINHA DE TRIGO**: com embalagens com 1 Kg, livre de sujidades e bolores tendo características organolépticas originais do alimento.	480337	KG	276
00/009	**FARINHA DE ROSCA**: com embalagens com 1Kg, com características organolépticas originais do alimento.	459152	KG	1572
00/010	**AMIDO DE MILHO**: Fabricado a partir de matérias primas limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Sob forma de pó, embalagem 500g. Com rotulagem conforme a legislação.	457050	UND	744
00/011	**AVEIA EM FLOCOS FINOS**: Produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação.	460501	CX	144

		Embalagem primária 500G.			
	00/012	**LEITE EM PÓ INTEGRAL**: - O produto deve ter sido embalado no local de fabricação. Atender a IN 11 de 0 MA apresentar laudo de laboratório credenciado atual. Pacote inferior ou igual a 1kg.	459637	UND	724
	00/013	**LEITE DE COCO**: Sem adição de açúcar, embalagem de vidro de 500ml.	464011	UND	96
	00/014	**CREME DE LEITE**: Caixa fechada sem rachaduras, sabor e cor característicos, suave, não rançosos, nem ácidos conforme legislação vigente. Sabor tradicional. Caixa 200g.	446533	UND	708
	00/015	**ACHOCOLATADO EM PÓ**: Obtido pela mistura de cacau em pó solúvel, leite em pó fino e homogêneo, sem sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica ou metálica. Embalagem inferior ou igual a 400g.	484189	UND	1600
	00/016	**AÇÚCAR TIPO CRISTAL**: Obtido da cana-de-açúcar com cor, aspecto, cheiro próprios, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais e vegetais, acondicionado em saco plástico atóxico, pacote pesando 1 kg.	603269	KG	240
	00/017	**EXTRATO DE TOMATE DO TIPO CONCENTRADO**: Produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico, isento de sujidades e fermentação, acondicionado em caixa fechada embalagem tipo Tetra Pack inferior ou igual a 340g.	459670	UND	2520
	00/018	**ÓLEO DE SOJA**: Procedência nacional, em garrafas pet de 900 ml acondicionadas em caixas com 20 unidades. Em embalagem plástica resistente, lacrada, transparente e incolor, rotulada segundo legislação vigente.	416665	UND	2100
	00/019	**VINAGRE DE ÁLCOOL**: Produto natural fermentado acético simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso, acondicionado em frascos plásticos c/ 500ml e com tampa inviolável hermeticamente.	217095	UND	687

00/020	**MARGARINA**: produto obtido pela emulsão de óleos e gorduras com água, adicionado de ingredientes permitidos pela legislação, devendo apresentar cor, odor e sabor característico do produto. 1KG.	616858	UND	372
00/021	**MARGARINA** - produto obtido pela emulsão de óleos e gorduras com água, adicionado de ingredientes permitidos pela legislação, devendo apresentar cor, odor e sabor característico do produto. Embalagem com 250g.	616858	UND	240
00/022	**COLORÍFICO (COLORAU) A BASE DE URUCUM**: Em pó fino, homogêneo, grãos limpos, dessecados e moídos, de coloração própria, isentos de materiais estranhos a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, hermeticamente vedado, com pacote contendo 1kg.	462101	EMBALAGEM	210
00/023	**CALDO DE GALINHA EM PÓ**: Em pó fino, homogêneo, com sabor característico de galinha, isento de materiais estranhos à sua espécie, acondicionado em embalagem resistente, hermeticamente vedado, atóxico, pronto para dissolução em água. 1Kg.	339478	UND	149
00/024	**PÁPRICA DOCE**: em pó fino, homogêneo, de cor vermelho alaranjada intensa, sabor adocicado característico, isento de impurezas e materiais estranhos, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. 1kg.	463918	UND	87
00/025	**PIMENTA DO REINO**: Em pó fino, homogêneo, com aroma e sabor picante característicos, isento de impurezas e materiais estranhos, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. 1KG.	463919	UND	60
00/026	**LOURO**: Folhas secas inteiras, limpas, homogêneas, com aroma e sabor característicos da espécie, isentas de impurezas ou materiais estranhos, acondicionadas em embalagem hermeticamente vedada, atóxico.	463904	PCT	2438
00/027	**ALECRIM**: Folhas secas, limpas,	463856	PCT	2438

	homogêneas, com aroma e sabor característicos da espécie, isentas de impurezas ou materiais estranhos, acondicionadas em embalagem hermeticamente vedada, atóxico.				
00/028	**ORÉGANO**: Folhas secas, limpas, homogêneas, com aroma e sabor característicos da espécie, isentas de impurezas ou materiais estranhos, acondicionadas em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. Pacote com 500g.	463916	UND	2438	
00/029	**COMINHO**: em pó fino, homogêneo, grãos limpos, dessecados e moídos, de coloração própria, isentos de materiais estranhos a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, hermeticamente vedado, com pacote contendo 1kg.	463891	KG	87	
00/030	**SAL REFINADO IODADO**: Cloreto de sódio, e sais de iodo, acondicionados em sacos de polietileno, resistente e vedado, acondicionado em pacotes de I kg.	448219	PCT	432	
00/031	**MOSTARDA**: Molho homogêneo, cor amarela característica, sabor levemente picante e ácido, isento de impurezas, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. Embalagem inferior ou igual a 1kg.	459669	UND	84	
00/032	**KETCHUP**: Molho homogêneo, de cor vermelha intensa, sabor adocicado e levemente ácido característico do tomate, isento de impurezas, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. Embalagem inferior ou igual a 1kg.	459665	UND	264	
00/033	**MAIONESE**: Molho homogêneo, cor branca cremosa, sabor suave e característico, textura cremosa, isento de impurezas, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM HERMETICAMENTE VEDADA, ATÓXICA. Embalagem inferior ou igual a 1 kg.	459658	UND	360	
00/034	**MILHO DE MUNGUNZÁ**: Em grãos secos, limpos, tipo I, sem impurezas, insetos ou umidade excessiva. Embalagem plástica resistente, íntegra e bem vedada.	279262	PCT	36	

	Cor e odor característicos. 500g			
00/035	**MILHO DE PIPOCA**: Grãos tipo I, uniformes, íntegros, livres de sujidades e insetos. Embalagem plástica vedada, sem perfurações. Com boa capacidade de expansão. 500g	279262	PCT	48
00/036	**PÃO DE CAIXA**: Produto fresco, macio, sem mofo ou odores estranhos. Embalagem original lacrada, contendo data de fabricação e validade.	460403	PCT	120
00/037	**PÃO DE CACHORRO QUENTE/CEDINHA** - produto fresco, macio, sem mofo ou odores estranhos. Embalagem original lacrada, contendo data de validade, lote e fabricação. Pacote com 500g.	617307	PCT	120
00/038	**QUEIJO RALADO**: Produto seco, fino, com aroma e sabor característicos. Embalagem lacrada, sem umidade ou alteração de cor.	225847	PCT	2388
00/039	**SARDINHA EM LATA ÓLEO VEGETAL**: Em embalagem tipo enlatada sem amasso ou rachaduras, cor e sabor característicos. Unidades de 250g.	449006	UND	7681
00/040	**CARNE BOVINA SEM OSSO**: Tipo: acém, paleta, elou músculo traseiro, sem osso, limpa e sem aparas, congelada, no máximo de 10% de gordura, com aspecto, cor e cheiro característico, livre de sujidades e ação de microrganismos, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa, com registro no SIF ou SIE. Pacotes de 01 a 05kg, etiquetados e com data de validade.	476495	KG	3577
00/041	**CARNE BOVINA MOÍDA**: Dianteira sem osso, tipo paleta ou acém, em peça dividida de acordo com o peso, gordura, congelada e no máximo de 10% de sebo e gordura limpa, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, sem sujidades e ação de microrganismos, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa, embalagem com 500g, com data de validade e selo de registro do SIF ou SIE.	451059	PCT	576

00/042	**FRANGO CONGELADO INTEIRO**: Com aspecto, cor e cheiro próprios, sem manchas, pele completa ausência de penas e penugem e parasitas, etiquetados com data de validade e selo do SIF ou SIE.	447588	KG	20220
00/043	**PEITO DE FRANGO SEM PELE**: Com aspecto, cor e cheiro próprios, sem manchas, sem pele ausência de penas e penugem e parasitas, etiquetados com data de validade e selo do SIF ou SIE.	447590	KG	6336
00/044	**FÍGADO BOVINO CONGELADO**: De primeira, embalagem de 01 a 05kg, etiquetada com data de validade e selo do SIF ou SIE.	447485	KG	3384
00/045	**CARNE DE CHARQUE**: Carne bovina salgada, produto preparado com carne bovina tipo charque de ponta de agulha, 1 0 qualidade, com registro no SIF.	480424	KG	1860
00/046	**PEIXE TIPO POLACA OU TILÁPIA** – Produto congelado, sem pele e sem espinhas. Apresentar cor, odor e textura característicos, sem sinais de deterioração. Deve estar bem congelado, sem excesso de gelo de gelo ou cristais. Embalagem íntegra, resistente, lacrada e com identificação do produto, data de fabricação e validade.	448953	KG	180
00/047	**OVO DE GALINHA**: Branco, médio, isento, de sujidades, fungos e substâncias tóxicas, acondicionado em bandeja apropriada com 30 unidades, com registro no SIE ou SIF.	446619	BDJ	612
00/048	**CEBOLA BRANCA**: casca seca, bulbo firme, sem brotação ou mofo.	463781	KG	2593
00/049	**TOMATE**: vermelho uniforme, firme, sem rachaduras, com cheiro característico do fruto.	463806	KG	2463
00/050	**PIMENTÃO**: casca firme e brilhante, firme, sem manchas.	463809	KG	720
00/051	**COENTRO**: folhas verdes, tenras, com aroma característico, sem amareladas ou murchas.	479694	MAÇOS	1809
00/052	**CENOURA**: lisa, firme, sem rachaduras, sem brotos, cor alaranjada uniforme.	463770	KG	2472
00/053	**BETERRABA**: casca lisa, firme, sem rachaduras, cor uniforme, sem brotos.	463767	KG	1680
00/054	**BATATA INGLESA**: casca firme,	463754	KG	2652

	sem brotos, sem manchas verdes ou escuras.			
00/055	**ABÓBORA**: casca dura, sem rachaduras, firme, sem manchas escuras.	463746	KG	60
00/056	**CHUCHU**: casca verde uniforme, firme, sem rachaduras ou partes moles.	463778	KG	2100
00/057	**CEBOLINHA**: em molho, folhas verdes, tenras, com aroma característico, sem amareladas ou murchas.	463880	MAÇOS	1592
00/058	**REPOLHO VERDE**: compacto, firme, folhas verdes ou roxas, sem manchas.	463839	KG	192
00/059	**SALSA**: folhas verdes, tenras, com aroma característico, sem amareladas ou murchas.	463839	MAÇOS	559
00/060	**MELANCIA**: casca firme, sem rachaduras, som oco ao bater, polpa vermelha uniforme.	464418	KG	576
00/061	**MELÃO**: casca firme, aroma doce, sem rachaduras, polpa consistente.	464422	KG	384
00/062	**BANANA**: casca amarelada uniforme, sem manchas pretas excessivas, firme.	464381	KG	432
00/063	**LARANJA**: casca firme, cor uniforme, sem manchas ou partes moles.	464393	KG	480
00/064	**MACAXEIRA**: casca marrom firme, polpa branca uniforme, sem fibras soltas.	463795	KG	720
00/065	**BATATA DOCE**: firme, polpa uniforme, sem fibras soltas.	617162	KG	360
00/066	**POLPA DE FRUTA TODOS SABORES**: Em embalagem plástica congelada, com registro no SIE ou SIF. Embalagem de 01 kg.	19790	KG	216

7. ESTIMATIVA DE PREÇO

Após a identificação das reais necessidades relacionadas ao fornecimento de gêneros alimentícios, foram realizados estudos técnicos e análises visando à definição da solução mais adequada para atendimento das demandas da Cozinha Comunitária Municipal e do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ambos vinculados à Secretaria de Políticas Sociais do Município da Ilha de Itamaracá/PE.

A partir das análises realizadas, verificou-se que a Aquisição de gêneros alimentícios, compreendendo proteínas, cereais e hortifrutigranjeiros, destinados ao atendimento das demandas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e da Cozinha Comunitária Municipal da Ilha de Itamaracá/PE, apresenta-se como a alternativa mais

eficiente e vantajosa para a Administração Pública, assegurando o abastecimento contínuo e adequado das unidades responsáveis pela execução das ações socioassistenciais e de segurança alimentar do município.

Diante do exposto, a demanda supramencionada deverá estar em consonância com as diretrizes das normativas do Poder Executivo e do Tribunal de Contas da União (TCU), e restou estabelecido que houve a obtenção de valores das mais diversas fontes, formando uma cesta de preços exequíveis com o devido tratamento estatístico.

Apresentamos a metodologia que está disponível na conclusão do orçamento estimativo utilizada pelo Sistema Cesta de Preços (SCP):

- na média saneada por percentual da média, o sistema ordena as amostras em ordem crescente (população amostral inicial);
- segundo, exclui as amostras inexequíveis, assim consideradas aquelas cujo valor seja 70% (setenta) inferior à mediana população amostral inicial, exclusive seu valor;
- terceiro, exclui as amostras com sobrepreço, assim consideradas aquelas cujo valor seja 30% (trinta por cento) superior à mediana da população amostral inicial, exclusive seu valor;
- O SCP usa o método adotado pelo Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do STJ adaptado, usando como referência a mediana ao invés da média, por entender ser uma metodologia mais conservadora, posto que sujeita a menores variações de valores extremos.
- **na** média saneada pelo desvio-padrão, o sistema:
  - cria um limite superior, que é representado pelo desvio-padrão somado à média;
  - cria um limite inferior, que é representado pelo desvio-padrão menos a média;
  - exclui do cálculo todas as amostras acima e abaixo dos limites estabelecidos.
- Após o juízo crítico, o SCP calcula o **preço de referência** por meio da escolha da medida de tendência central (média ou mediana) mais ajustada ao perfil das amostras saneadas, utilizando o coeficiente de variação como critério de escolha a partir dos padrões indicados no Manual de Orientações sobre Pesquisas de Preços, publicado pelo do Superior Tribunal de Justiça, a saber:
  - se o coeficiente de variação for menor ou igual a 25% (vinte e cinco por cento), deve se estimar o preço de referência a partir da **média aritmética** (simples);
  - se o coeficiente de variação for maior que 25% (vinte e cinco por cento), deve se estimar o preço de referência a partir da **mediana**.
- O SCP permite que ao orçamentista atribuir o tipo de medida de tendência central a ser utilizada para o cálculo do preço referencial de forma manual e linear para todos os itens.

A Metodologia utilizada na elaboração do presente orçamento estimativo tem aderência à Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), art. 23, especialmente no que tange às fontes de pesquisa admitidas (§ 1º).

Segue planilha com valores a partir da https://sistema.cestadeprecos.com

LOTE/ ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	MED. DE FORNEC.	QNT	VAL. UNIT. (R$)	VAL. TOTAL (R$)
00/001	**ARROZ PARBOILIZADO**: TIPO UM, LONGO CONSTITUÍDO DE GRÃOS INTEIROS,	458908	KG	5692	R$ 4,78	R$ 27.207,76

	INSETOS DE SUJIDADES MATERIAIS ESTRANHOS, ACONDCIONADOS EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO CONTENDO 1 KG.					
00/002	**FEIJÃO CARIOCA**: Novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em saco plástico de 1lkg.	464553	KG	1897	R$ 5,57	R$ 10.566,29
00/003	**FEIJÃO PRETO**: Novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em pacote de 1kg	464551	KG	1825	R$ 8,60	R$ 15.695,00
00/004	**FEIJÃO MACASSAR**: Novo, constituído de grãos inteiros e sadios, isento de material terroso, sujidades e mistura de outras variedades e espécies, acondicionado em saco plástico de Olkg.	464567	KG	468	R$ 7,37	R$ 3.449,16
00/005	**MACARRÃO ESPAGUETE**: Tipo seca formato espaguete, cor amarela, obtida pelo amassamento da farinha de trigo especial e demais substâncias permitidas, isenta	459002	PCT	11300	R$ 3,68	R$ 41.584,00

	de corantes artificiais, sujidade e parasitas, acondicionada em saco de plástico transparente, atóxico, embalagem primária. PACOTE 400G					
00/006	**FLOCÃO DE MILHO**: Amarelos, sem sal, embaladas em sacos plásticos transparentes, limpos, não violados, com informações nutricionais no rótulo. Embalagem com 500g.	459017	PCT	120	R$ 2,12	R$ 254,40
00/007	**FARINHA DE MANDIOCA**: Com embalagens com 1 Kg, com características organolépticas originais do alimento	459009	KG	3168	R$ 6,35	R$ 20.116,80
00/008	**FARINHA DE TRIGO**: com embalagens com 1 Kg, livre de sujidades e bolores tendo características organolépticas originais do alimento	480337	KG	276	R$ 5,63	R$ 1.553,88
00/009	**FARINHA DE ROSCA**: com embalagens com I Kg, com características organolépticas originais do alimento.	459152	KG	1572	R$ 16,07	R$ 25.262,04

00/010	**AMIDO DE MILHO**: Fabricado a partir de matérias primas limpas, isenta de matérias terrosas e parasitas. Sob forma de pó, embalagem 500g. Com rotulagem conforme a legislação.	457050	UND	744	R$ 7,77	R$ 5.780,88
00/011	**AVEIA EM FLOCOS FINOS**: Produto resultante da moagem de grãos de aveia após limpeza e classificação. Embalagem primária 500G.	460501	CX	144	R$ 5,87	R$ 845,28
00/012	**LEITE EM PÓ INTEGRAL**: - O produto deve ter sido embalado no local de fabricação. Atender a IN 11 de 0 MA apresentar laudo de laboratório credenciado atual. Pacote inferior ou igual a 1kg.	459637	UND	724	R$ 26,89	R$ 19.468,36
00/013	**LEITE DE COCO**: Sem adição de açúcar, embalagem de vidro de 500ml.	464011	UND	96	R$ 6,73	R$ 646,08
00/014	**CREME DE LEITE**: Caixa fechada sem rachaduras, sabor e cor característicos, suave, não rançosos, nem ácidos conforme legislação vigente. Sabor tradicional. caixa 200g.	446533	UND	708	R$ 3,29	R$ 2.329,32

00/015	**ACHOCOLATADO EM PÓ**: Obtido pela mistura de cacau em pó solúvel, leite em pó fino e homogêneo, sem sujidades e materiais estranhos, acondicionado em embalagem plástica ou metálica. Embalagem inferior ou igual a 400g.	484189	UND	1600	R$ 6,70	R$ 10.720,00
00/016	**AÇÚCAR TIPO CRISTAL**: Obtido da cana-de-açúcar com cor, aspecto, cheiro próprios, sabor doce, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais e vegetais, acondicionado em saco plástico atóxico, pacote pesando 1 kg.	603269	KG	240	R$ 4,30	R$ 1.032,00
00/017	**EXTRATO DE TOMATE DO TIPO CONCENTRADO**: Produto resultante da concentração da polpa de tomate por processo tecnológico, isento de sujidades e fermentação, acondicionado em caixa fechada embalagem tipo Tetra Pack inferior ou igual a 340g.	459670	UND	2520	R$ 4,35	R$ 10.962,00
00/018	**ÓLEO DE SOJA**: Procedência nacional, em garrafas pet de 900 ml acondicionadas em caixas com 20 unidades. Em embalagem plástica resistente, lacrada, transparente e incolor, rotulada segundo legislação	416665	UND	2100	R$ 10,45	R$ 21.945,00

	vigente.					
00/019	**VINAGRE DE ÁLCOOL**: Produto natural fermentado acético simples, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso, acondicionado em frascos plásticos c/ 500ml e com tampa inviolável hermeticamente.	217095	UND	687	R$ 1,64	R$ 1.126,68
00/020	**MARGARINA**: produto obtido pela emulsão de óleos e gorduras com água, adicionado de ingredientes permitidos pela legislação, devendo apresentar cor, odor e sabor característico do produto. 1KG	616858	UND	372	R$ 17,93	R$ 6.669,96
00/021	**MARGARINA** - produto obtido pela emulsão de óleos e gorduras com água, adicionado de ingredientes permitidos pela legislação, devendo apresentar cor, odor e sabor característico do produto. Embalagem com 250g.	616858	UND	240	R$ 5,24	R$ 1.257,60
00/022	**COLORÍFICO (COLORAU) A BASE DE URUCUM**: Em pó fino, homogêneo, grãos limpos, dessecados e moídos, de coloração própria, isentos de materiais estranhos a sua espécie,	462101	EMBALA-GEM	210	R$ 9,72	R$ 2.041,20

	acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, hermeticamente vedado, com pacote contendo 1kg.					
00/023	**CALDO DE GALINHA EM PÓ**: Em pó fino, homogêneo, com sabor característico de galinha, isento de materiais estranhos à sua espécie, acondicionado em embalagem resistente, hermeticamente vedado, atóxico, pronto para dissolução em água. 1KG.	339478	UND	149	R$ 13,06	R$ 1.945,94
00/024	**PÁPRICA DOCE**: em pó fino, homogêneo, de cor vermelho alaranjada intensa, sabor adocicado característico isenta de impurezas e materiais estranhos, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. 1KG.	463918	UND	87	R$ 9,49	R$ 825,63
00/025	**PIMENTA DO REINO**: Em pó fino, homogêneo, com aroma e sabor picante característicos, isento de impurezas e materiais estranhos, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. 1KG	463919	UND	60	R$ 8,76	R$ 525,60

00/026	**LOURO**: Folhas secas inteiras, limpas, homogêneas, com aroma e sabor característicos da espécie, isentas de impurezas ou materiais estranhos, acondicionadas em embalagem hermeticamente vedada, atóxico.	463904	PCT	2438	R$ 4,17	R$ 10.166,46
00/027	**ALECRIM**: Folhas secas, limpas, homogêneas, com aroma e sabor característicos da espécie, isentas de impurezas ou materiais estranhos, acondicionadas em embalagem hermeticamente vedada, atóxico.	463856	PCT	2438	R$ 11,10	R$ 27.061,80
00/028	**ORÉGANO**: Folhas secas, limpas, homogêneas, com aroma e sabor característicos da espécie, isentas de impurezas ou materiais estranhos, acondicionadas em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. Pacote com 500g.	463916	UND	2438	R$ 9,19	R$ 22.405,22
00/029	**COMINHO**: em pó fino, homogêneo, grãos limpos, dessecados e moídos, de coloração própria, isentos de materiais estranhos a sua espécie, acondicionado em saco plástico transparente, atóxico, hermeticamente vedado, com pacote contendo 1kg.	463891	KG	87	R$ 10,68	R$ 929,16

00/030	**SAL REFINADO IODADO**: Cloreto de sódio, e sais de iodo, acondicionados em sacos de polietileno, resistente e vedado, acondicionado em pacotes de I kg.	448219	PCT	432	R$ 2,48	R$ 1.071,36
00/031	**MOSTARDA**: Molho homogêneo, cor amarela característica, sabor levemente picante e ácido, isento de impurezas, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. Embalagem inferior ou igual a 1kg.	459669	UND	84	R$ 9,58	R$ 804,72
00/032	**KETCHUP**: Molho homogêneo, de cor vermelha intensa, sabor adocicado e levemente ácido característico do tomate, isento de impurezas, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxico. Embalagem inferior ou igual a 1kg.	459665	UND	264	R$ 7,33	R$ 1.935,12
00/033	**MAIONESE**: Molho homogêneo, cor branca cremosa, sabor suave e característico, textura cremosa, isento de impurezas, acondicionado em embalagem hermeticamente vedada, atóxica. Embalagem inferior ou igual a 1kg.	459658	UND	360	R$ 5,87	R$ 2.113,20

00/034	**MILHO DE MUNGUNZÁ**: Em grãos secos, limpos, tipo I, sem impurezas, insetos ou umidade excessiva. Embalagem plástica resistente, íntegra e bem vedada. Cor e odor característicos. 500G	279262	PCT	36	R$ 2,93	R$ 105,48
00/035	**MILHO DE PIPOCA**: Grãos tipo I, uniformes, íntegros, livres de sujidades e insetos. Embalagem plástica vedada, sem perfurações. Com boa capacidade de expansão. 500G	279262	PCT	48	R$ 3,76	R$ 180,48
00/036	**PÃO DE CAIXA**: Produto fresco, macio, sem mofo ou odores estranhos. Embalagem original lacrada, contendo data de fabricação e validade.	460403	PCT	120	R$ 4,79	R$ 574,80
00/037	**PÃO DE CACHORRO QUENTE/CEDINHA** - produto fresco, macio, sem mofo ou odores estranhos. Embalagem original lacrada, contendo data de validade, lote e fabricação. Pacote com 500g.	617307	PCT	120	R$ 7,25	R$ 870,00
00/038	**QUEIJO RALADO**: Produto seco, fino, com aroma e sabor característicos. Embalagem lacrada, sem umidade ou alteração de cor.	225847	PCT	2388	R$ 10,74	R$ 25.647,12

00/039	**SARDINHA EM LATA ÓLEO VEGETAL**: Em embalagem tipo enlatada sem amasso ou rachaduras, cor e sabor característicos. Unidades de 250g.	449006	UND	7681	R$ 5,46	R$ 41.938,26
00/040	**CARNE BOVINA SEM OSSO**: Tipo: acém, paleta, elou músculo traseiro, sem osso, limpa e sem aparas, congelada, no máximo de 10% de gordura, com aspecto, cor e cheiro característico, livre de sujidades e ação de microrganismos, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem pegajosa, com registro no SIF ou SIE. Pacotes de 01 a 05kg, etiquetados e com data de validade.	476495	KG	3577	R$ 35,25	R$ 126.089,25
00/041	**CARNE BOVINA MOÍDA**: Dianteira sem osso, tipo paleta ou acém, em peça dividida de acordo com o peso, gordura, congelada e no máximo de 10% de sebo e gordura limpa, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, sem sujidades e ação de microrganismos, sem manchas esverdeadas ou pardacentas, não amolecida nem	451059	PCT	576	R$ 8,29	R$ 4.775,04

	pegajosa, embalagem com 500g, com data de validade e selo de registro do SIF ou SIE.					
00/042	**FRANGO CONGELADO INTEIRO**: Com aspecto, cor e cheiro próprios, sem manchas, pele completa ausência de penas e penugem e parasitas, etiquetados com data de validade e selo do SIF ou SIE.	447588	KG	20220	R$ 32,03	R$ 647.646,60
00/043	**PEITO DE FRANGO SEM PELE**: Com aspecto, cor e cheiro próprios, sem manchas, sem pele ausência de penas e penugem e parasitas, etiquetados com data de validade e selo do SIF ou SIE.	447590	KG	6336	R$ 22,23	R$ 140.849,28
00/044	**FÍGADO BOVINO CONGELADO**: De primeira, embalagem de 01 a 05kg, etiquetada com data de validade e selo do SIF ou SIE.	447485	KG	3384	R$ 15,13	R$ 51.199,92
00/045	**CARNE DE CHARQUE**: Carne bovina salgada, produto preparado com carne bovina tipo charque de ponta de agulha, 1 0 qualidade, com registro no SIF.	480424	KG	1860	R$ 38,27	R$ 71.182,20

00/046	**PEIXE TIPO POLACA OU TILÁPIA** – Produto congelado, sem pele e sem espinhas. Apresentar cor, odor e textura característicos, sem sinais de deterioração. Deve estar bem congelado, sem excesso de gelo de gelo ou cristais. Embalagem íntegra, resistente, lacrada e com identificação do produto, data de fabricação e validade.	448953	KG	180	R$ 33,28	R$ 5.990,40
00/047	**OVO DE GALINHA**: Branco, médio, isento, de sujidades, fungos e substâncias tóxicas, acondicionado em bandeja apropriada com 30 unidades, com registro no SIE ou SIF.	446619	BDJ	612	R$ 21,44	R$ 13.121,28
00/048	**CEBOLA BRANCA**: casca seca, bulbo firme, sem brotação ou mofo.	463781	KG	2593	R$ 8,27	R$ 21.444,11
00/049	**TOMATE**: vermelho uniforme, firme, sem rachaduras, com cheiro característico do fruto.	463806	KG	2463	R$ 7,28	R$ 17.930,64
00/050	**PIMENTÃO**: casca firme e brilhante, firme, sem manchas.	463809	KG	720	R$ 2,57	R$ 1.850,40
00/051	**COENTRO**: folhas verdes, tenras, com aroma característico, sem amareladas ou murchas.	479694	MAÇOS	1809	R$ 5,18	R$ 9.370,62

00/052	**CENOURA**: lisa, firme, sem rachaduras, sem brotos, cor alaranjada uniforme.	463770	KG	2472	R$ 9,59	R$ 23.706,48
00/053	**BETERRABA**: casca lisa, firme, sem rachaduras, cor uniforme, sem brotos.	463767	KG	1680	R$ 6,16	R$ 10.348,80
00/054	BATATA INGLESA: casca firme, sem brotos, sem manchas verdes ou escuras.	463754	KG	2652	R$ 8,53	R$ 22.621,56
00/055	**ABÓBORA**: casca dura, sem rachaduras, firme, sem manchas escuras.	463746	KG	60	R$ 4,74	R$ 284,40
00/056	**CHUCHU**: casca verde uniforme, firme, sem rachaduras ou partes moles.	463778	KG	2100	R$ 6,13	R$ 12.873,00
00/057	**CEBOLINHA**: em molho, folhas verdes, tenras, com aroma característico, sem amareladas ou murchas.	463880	MAÇOS	1592	R$ 4,00	R$ 6.368,00
00/058	**REPOLHO VERDE**: compacto, firme, folhas verdes ou roxas, sem manchas.	463839	KG	192	R$ 6,95	R$ 1.334,40
00/059	**SALSA**: folhas verdes, tenras, com aroma característico, sem amareladas ou murchas.	463839	MAÇOS	559	R$ 4,75	R$ 2.655,25
00/060	**MELANCIA**: casca firme, sem rachaduras, som oco ao bater, polpa vermelha uniforme.	464418	KG	576	R$ 3,99	R$ 2.298,24
00/061	**MELÃO**: casca firme, aroma doce, sem rachaduras, polpa consistente.	464422	KG	384	R$ 4,19	R$ 1.608,96
00/062	**BANANA**: casca	464381	KG	432	R$ 5,72	R$

	amarelada uniforme, sem manchas pretas excessivas, firme.					2.471,04
00/063	**LARANJA**: casca firme, cor uniforme, sem manchas ou partes moles.	464393	KG	480	R$ 5,62	R$ 2.697,60
00/064	**MACAXEIRA**: casca marrom firme, polpa branca uniforme, sem fibras soltas.	463795	KG	720	R$ 5,57	R$ 4.010,40
00/065	**BATATA DOCE**: firme, polpa uniforme, sem fibras soltas.	617162	KG	360	R$ 4,86	R$ 1.749,60
00/066	**POLPA DE FRUTA TODOS SABORES**: Em embalagem plástica congelada, com registro no SIE ou SIF. Embalagem de 01 kg.	19790	KG	216	R$ 11,78	R$ 2.544,48

VALOR TOTAL R$ 1.578.635,99 (UM MILHÃO QUINHENTOS E SETENTA E OITO MIL SEISCENTOS E TRINTA E CINCO REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS).

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A ENTREGA poderá ser parcelada à medida em que forem surgindo necessidades de pedidos com base nos controles de estoques a serem efetuados pelas demandantes. Há que se verificar a real necessidade e quantitativos dos pedidos a cada tempo, prezando pela economicidade, preservando o gasto público mensal.

A presente contratação será dividida em itens unitários com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item. Garantindo, assim, a ampla concorrência. Tal decisão fundamenta-se no Art. 18, § 1º, inciso VIII, Lei 14.133/21 e Súmula nº 247 do TCU, no tocante à obrigatoriedade da adjudicação por item e não por preço global.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

10. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Em conformidade com o previsto no inciso IX do Art. 7°, da IN 40/2020, a presente

contratação não encontra-se respaldada no Plano de Contratações Anual, tendo em vista a ausência de sua elaboração, devido uma série de fatores que limitaram a sua implementação até o momento, apesar de sua obrigatoriedade constante no Art. 12, VII, da Lei nº 14.133/21, porém é imprescindível considerar as circunstâncias específicas que podem justificar a sua ausência temporária, isto é, a escassez de técnicos disponíveis para a elaboração do referido plano.

Todavia, é crucial ressaltar que a Prefeitura Muncipal da Ilha de Itamracá/PE está tomando todas as medidas cabíveis para resolver essa situação, restando demonstrado o compromisso da administração municipal em cumprir com as exigências legais e implementar boas práticas de gestão, realizando assim, levantamento minucioso das suas necessidades, bem como a análise de fornecedores e a definição de critérios claros para as contratações.

11. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação pretendida, objetiva-se assegurar que os gêneros alimentícios destinados à Cozinha Comunitária Municipal e ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) sejam fornecidos conforme as demandas da Secretaria de Políticas Sociais, observando padrões adequados de qualidade, acondicionamento, transporte e armazenamento, de modo a preservar as características nutricionais e sanitárias dos produtos até sua efetiva utilização no preparo das refeições.

Busca-se garantir que os alimentos sejam devidamente armazenados em condições ideais de conservação e temperatura, especialmente os itens perecíveis, permitindo sua preparação e distribuição de forma segura, eficiente e adequada ao consumo, minimizando riscos de perdas, desperdícios ou comprometimento da qualidade durante o manuseio e utilização.

A contratação visa proporcionar maior eficiência às ações de assistência social desenvolvidas pelo Município da Ilha de Itamaracá/PE, assegurando atendimento contínuo à população em situação de insegurança alimentar por meio da oferta regular de refeições equilibradas, nutritivas e adequadas ao consumo. Nesse contexto, a Cozinha Comunitária realizará a distribuição diária de aproximadamente 400 (quatrocentas) marmitas, enquanto o SCFV ofertará cerca de 380 (trezentas e oitenta) refeições semanais aos usuários participantes das atividades socioassistenciais.

Pretende-se, ainda, assegurar a continuidade dos serviços sem interrupções, fortalecendo as políticas públicas de segurança alimentar, combate à fome e promoção da dignidade humana, contribuindo diretamente para a melhoria das condições de saúde, bem-estar e qualidade de vida da população beneficiária.

Outrossim, a contratação busca promover a utilização racional dos recursos públicos disponíveis, mediante adequado controle de custos, planejamento do consumo e redução de desperdícios, garantindo maior eficiência administrativa e melhor aproveitamento do

orçamento destinado às ações socioassistenciais e de segurança alimentar.

A medida encontra-se alinhada aos princípios da eficiência, eficácia, economicidade e interesse público previstos na legislação vigente, promovendo responsabilidade social, desenvolvimento humano, fortalecimento da cidadania e ampliação das ações de proteção social desenvolvidas pelo Município.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO

Não se verifica a necessidade de providências específicas a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato.

13. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E DAS RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS QUE PODEM SER ADOTADAS

Em conformidade com o Decreto Federal nº 10.024/19, aponta que "o princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades" (art. 2º, §1º).
Não há previsão de nenhum impacto ambiental.

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios dos órgãos fiscalizadores e à política de sustentabilidade Ambiental de produção dos seus itens e descarte.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Segundo o supracitado, a equipe de Planejamento, após concluir os presentes Estudos Técnicos Preliminares, posiciona-se pela viabilidade da Aquisição de gêneros alimentícios, compreendendo proteínas, cereais e hortifrutigranjeiros, destinados ao atendimento das demandas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e da Cozinha Comunitária Municipal da Ilha de Itamaracá/PE, observando as necessidades identificadas, bem como as diretrizes e disposições estabelecidas na legislação vigente.
A lista de verificação abaixo oferece o resumo do atendimento da contratação a todos os requisitos elencados no estudo técnico preliminar.
Lista de verificação para declaração da viabilidade ou não da contratação

Item do estudo técnico preliminar:	Atende?
1. A necessidade da contratação é clara e adequadamente justificada?	SIM
2. O alinhamento entre a contratação e o planejamento institucional do órgão ou entidade está demonstrado?	SIM

3. Os requisitos técnicos e a solução tecnológica como um todo foram adequadamente descritos e analisados?	SIM
4. A quantidade de itens está coerente com a demanda prevista?	SIM
5. O levantamento de mercado e a pesquisa de preços foram devidamente realizados?	SIM
6. A análise de cenário e escolha do tipo de solução foram devidamente justificadas?	SIM
7. O parcelamento da solução foi analisado e justificado, se for o caso?	SIM
8. As estimativas preliminares dos preços foram feitas, a partir dos preços pesquisados?	SIM
9. Há orçamento disponível para a contratação no exercício corrente, bem como previsão de provimento de recursos no caso de contratação que se estenda por vários exercícios no caso de serviços contínuos?	SIM
10. Os riscos relevantes para a contratação foram levantados, incluindo-se ações para prevenção ou contingência?	SIM
11. A relação custo-benefício da contratação é considerada favorável e vantajosa para o órgão ou entidade?	SIM

Em assim sendo, diante do exposto no presente estudo técnico preliminar, declara-se que a aquisição é viável, necessária e adequada a este órgão. Além disso, convém ressaltar que o mercado já dispõe de um número razoável de fornecedores capazes de oferecer a solução.

_____

Alexsandrina Carmen da Silva Nascimento
Coordenadora de Planejamento
Matrícula Nº 222116

ANEXO II

MINUTA TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SECRETARIA* MUNICIPAL *DE POLITICAS SOCIAIS

(Processo Administrativo n° .....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../...., QUE FAZEM ENTRE SI ....., POR INTERMÉDIO DO (A) ..... E .....

A ..... por intermédio do(a) ..... (órgão contratante), com sede no(a) ....., na cidade de ..... /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ....., de ..... de ..... de 20..., portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é o Registro de preços visando à Aquisição de gêneros alimentícios, compreendendo proteínas, cereais e hortifrutigranjeiros, destinados ao atendimento das demandas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e da Cozinha Comunitária Municipal da Ilha de Itamaracá/PE, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO E ENTREGA

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.*

2.1.1. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.*

2.2. *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.3. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.4. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

2.5. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições, contados a partir da emissão da ordem de fornecimento:

CRONOGRAMA DE ENTREGA	
Hortifrútis:	Entrega parcelada, semanalmente, nos dias acordados com o (a) servidor (a) designado (a) pela Contratante, no horário de 08h00min as 14h00min.
Demais alimentos:	Entrega parcelada, quinzenalmente, nos dias acordados com o (a) servidor (a) designado (a) pela Contratante, no horário de 08h00min as 14h00min.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

3.3. A Gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade do(a) autoridade competente.

3.4. A fiscalização da execução do Contrato ficará sob a responsabilidade de servidor designado. [Apoio1]

CABERÁ À FISCAL DO CONTRATO:

3.5. Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;

3.6. Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;

3.7. Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;

3.8. Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;

3.9. Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;

3.10. Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência, no Edital e Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;

3.11. Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;

3.12. Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;

3.13. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CABERÁ AO GESTOR DO CONTRATO:

3.14. Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada.

3.15. Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;

3.16. Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;

3.17. Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;

3.18. Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal;

3.19. Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;

3.20. Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor dos Contratos não seja ultrapassado;

3.21. Orientar o fiscal do Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

[Apoio1] informar se há portaria/servidor designado para tal.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. *O valor total da contratação é de R$..... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do contrato.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de 1 mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa

responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade online, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 1% (um por cento) diário até o limite de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida;

2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 11.1, de 5% a 10% do valor do Contrato.

4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 11.1, a multa será de 10% a 15% do valor do Contrato.

5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 11.1, a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 11.1 a multa será de 1% a 5% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça em Ilha de Itamaracá/PE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

_____

Representante legal do CONTRATANTE

_____

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO III - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLITICAS SOCIAIS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º .....

O(A) .....(*órgão que gerenciará a ata de registro de preços*), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada e homologada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços visando à Aquisição de gêneros alimentícios, compreendendo proteínas, cereais e hortifrutigranjeiros, destinados ao atendimento das demandas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e da Cozinha Comunitária Municipal da Ilha de Itamaracá/PE, especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... *[do edital de Licitação nº ...../20...]*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor *(razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)*					
X	Especificação	*Marca*	Unidade	Quantidade	Valor Unt.	*Valor total*

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **SECRETARIA MUNICIPAL DE POLITICAS SOCIAIS**.

3.2. *Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

4.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

4.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

4.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

4.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

4.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

4.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

4.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

4.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

4.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

4.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital;* e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da

ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes *e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).*

Ilha de Itamaracá/PE, XX de XXXX de XXXX

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO IV – MODELOS DE PROPOSTAS

PROCESSO Nº 000XX/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000XX/2026

OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXX

PROPONENTE:
CNPJ:

Prezados Senhores,

Nos termos do procedimento em epígrafe, apresentamos proposta conforme abaixo:

.....

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA - R$

PRAZO DE EXECUÇÃO:
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
VALIDADE DESTA PROPOSTA:

Dados bancários do proponente para fins de pagamento:
Banco:
Conta:

Local e Data.

NOME/CPF/ASSINATURA
Representante legal do proponente.

OBSERVAÇÃO: a proposta deverá ser elaborada em papel timbrado do proponente.

ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÕES

..... , CNPJ Nº .....Declara que:

I. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

III. O licitante não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa do Município ou de qualquer entidade a ele vinculada.

IV. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

V. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

VI. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

( ) cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

( ) Não sou apto para os benefícios por não ser enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

Entendo que a falsidade da declaração sujeitará às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no Edital.

.....

RESPONSÁVEL